COLEÇÃO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAZ
POLÍTICA
ECONOMIA
GÊNERO
SEGURANÇA
MEIO AMBIENTE
REALISMO
MARXISMO
DIPLOMACIA
GLOBALIZAÇÃO
HISTÓRIA
CONSTRUTIVISMO
MULTILATERALISMO
INTEGRAÇÃO
DIREITO
GUERRA
GEOPOLÍTICA
MIGRAÇÃO
SEGURANÇA
FRONTEIRA
POLÍTICA EXTERNA
AMAZÔNIA
INTERDEPENDÊNCIA
DEFESA
NACIONALISMO
LIBERALISMO
DESENVOLVIMENTO
FINANÇAS
COMÉRCIO
EMPRESAS
MÍDIA
ESTADO
REALISMO
ONGs
PAZ

O CONFLITO COLOMBIANO E O PLANO COLÔMBIA

MARCELO SANTOS

EDITORA UFRR

O CONFLITO COLOMBIANO E O PLANO COLÔMBIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor:
Roberto Ramos Santos

Vice-Reitora:
Gioconda Santos Martinez

Pró-Reitora de Graduação:
Ednalva Dantas R. da Silva Duarte

EDITORA DA UFRR
Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Ana Lia Farias Vale
Ananda Machado
Avery Milton V. de Carvalho
Fábio Luíz Wankler
Guido Nunes Lopes
Luciano Alberto Ferreira
Nelvio Paulo Dutra Santos
Rileuda de Sena Rebouças
Rodrigo Schutz Rodrigues
Rosana da Silva

EDITORA UFRR

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone: + 55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



COLEÇÃO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Volume 3

O CONFLITO COLOMBIANO E O PLANO COLÔMBIA

MARCELO SANTOS



EDITORA UFRR
BOA VISTA/RR
2011

Copyright © 2011
Editora da Universidade Federal de Roraima
Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



NÚCLEO AMAZÔNICO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EXPEDIENTE

Revisão:
Marcelo Santos

Capa
Abreu Mubarac

Projeto Gráfico e diagramação:
Abreu Mubarac

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Julia Camargo Faria

Conselho Editorial
Américo Alves de Lyra Júnior
Elói Martins Senhoras
Felipe Kern Moreira
Julia Camargo Faria
Marcelle Ivie da Costa
Thiago Gehre Galvão

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

C748 SANTOS, Marcelo

O conflito colombiano e o plano Colômbia / Elói Martins Senhoras, Julia Faria Camargo (organizadores). Boa Vista : Editora da UFRR, 2011.

131 p. - (Coleção: Relações Internacionais; v.3)

ISBN

1- Colômbia. 2 – Plano Colômbia. 3 – Segurança Internacional. 4. Universidade Federal de Roraima I. Senhoras, Elói Martins. II. Título III. e-book

CDU – 327(861)

ISBN 978-85-60215-75-1

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS À

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU); Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara); Universidade Federal de Roraima (UFRR); e Instituições e pesquisadores colombianos citados ao longo do livro.

Para Carmen!

EDITORIAL

O Núcleo Amazônico de Relações Internacionais (NAPRI) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) criou a "coleção relações internacionais" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições na área internacional.

O selo "coleção relações internacionais" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão internacionalista e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização da área de relações internacionais.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada no formato de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais lato sensu por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Organizadores:

Elói Martins Senhoras

Julia Faria Camargo

PREFÁCIO

"O conflito colombiano e o Plano Colômbia", de Marcelo Santos, é uma obra notável. Certamente inédita no Brasil. Discute de forma ampla as questões de nosso vizinho. Vizinho com extensa fronteira com o Brasil. As discute de modo "científico", o que não é comum, nem mesmo no ambiente acadêmico, vistas as paixões que diferentes temas suscitam. O da Colômbia é um deles. Não foge das caracterizações políticas, por exemplo, dos governos Pastrana e Uribe, das FARC, mas sempre se atendo aos dados e à reconstrução histórica dos fatos.

O livro está dividido em três capítulos: 1. O conflito colombiano, 2. O Plano Colômbia e a trajetória recente do conflito, 3. O conflito colombiano e os transbordamentos fronteiriços. O primeiro capítulo tem interesse específico, vista a minuciosa reconstrução da história do país, concentrando a atenção na trajetória dos atores do conflito. No capítulo dois, a atenção maior está dirigida à compreensão dos fenômenos recentes. Destacam-se dois: o novo e destacado papel que a droga tem jogado e o Plano Colômbia. O capítulo três completa a discussão sobre a evolução recente do conflito, oferecendo um panorama da atual situação fronteiriça do país.

Apoiado numa vasta literatura de autores colombianos e estrangeiros, Marcelo Santos consegue demonstrar de forma minuciosa algumas questões centrais do conflito. Uma refere-se às razões pelas quais a guerrilha conseguiu manter-se por tanto tempo, já tem meio século. Outra explica as razões do Plano Colômbia, consequência do interesse do governo colombiano de Pastrana, que acabou inserindo-se no quadro de interesse do governo Clinton. Esse salto levou à internacionalização do conflito, sem resolvê-lo. Ao mesmo tempo, o livro explica minuciosamente as razões pelas quais a produção e o tráfico de drogas entrelaçaram-se profundamente com os grupos paramilitares, a guerrilha e o governo. Os gráficos permitem

visualizar exatamente a relação e como o número de conflitos e de ações, de parte a parte, aumentaram à medida que a relação com as drogas aumentava.

O autor está distante de qualquer forma maniqueísta, identifica claramente os êxitos do Plano Colômbia, a redução dos conflitos dele resultante, mostrando como essa redução está longe de colocar pressupostos para a pacificação do país. A sociedade não aprova a ação dos grupos armados, particularmente das FARC, levando ao apoio a soluções conservadoras, como foi o governo de Álvaro Uribe. Porém, no governo Uribe, apesar do fortalecimento do Estado e da melhoria das condições de segurança, as questões de fundo do país permaneceram sem soluções, tais como os problemas referentes ao realocamento das massas de deslocados, à cultura da "parapolítica", ao clientelismo etc. Algumas mudanças estruturais estão em curso, uma ampla urbanização, a modernização de estruturas econômicas e estatais, mas, segundo Marcelo Santos, não têm sido suficientes para romper com o círculo de violência, característico da vida política colombiana.

O livro tem caráter científico, e também didático. É importante e útil para o objetivo de colocar estudantes universitários e o público em condições de compreender um país vizinho, de grande importância em toda a América do Sul.

Uma contribuição substantiva para o conhecimento da América Latina. Teremos à disposição um trabalho de referência.

Tullo Vigevani

Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

SUMÁRIO

Apresentação 13

Capítulo 1 - O conflito colombiano 15

1.1 Algumas questões estruturais do país - 17
1.2 O início do conflito - 19
1.3 Os atores do conflito: guerrilhas, paramilitares e governo - 21
1.3.1 As guerrilhas - 22
1.3.1.1 Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) -23
1.3.1.2 Exército de Libertação Nacional (ELN) - 28
1.3.2 Os paramilitares - 32
1.3.3 O governo - 37

Capítulo 2 - O Plano Colômbia e a trajetória recente do conflito - 45

2.1 A política norte-americana de combate ao narcotráfico e a América Latina - 46
2.2 O Plano Colômbia (diretrizes, evolução e resultados) - 51
2.2.1 Diretrizes - 54
2.2.2 Evolução - 60
2.2.3 Resultados - 66

Capítulo 3 - O conflito colombiano e os transbordamentos fronteiriços - 83

3.1 O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Equador - 85
3.2 O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Venezuela - 92
3.3 O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Peru - 99
3.4. O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Brasil - 101
3.5 O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Panamá - 103

Epílogo - 105

Notas - 109

Referências bibliográficas - 115

Sobre o autor - 126

Normas para publicação - 127

Endereço para correspondência - 128

Colômbia e a visão internacional de suas fronteiras



Fonte: Elaboração de Oscar Medeiros Filho.

Colômbia e a visão nacional de seus Departamentos



Fonte: Elaboração de Oscar Medeiros Filho.

APRESENTAÇÃO

Há mais de quatro décadas, a Colômbia vivencia um dos mais antigos conflitos armados do mundo. Originado como uma guerra de guerrilhas, após um período de violentas disputas partidárias internas e nos marcos ideológicos da Guerra Fria, o conflito colombiano foi modificando grande parte de suas motivações iniciais, bem como diversificando os seus atores e suas formas de atuação no decorrer do tempo. Nesse trajeto, a dinâmica do conflito adquiriu uma dimensão crônica, transformando-se numa complexa guerra irregular[1], com escassos parâmetros jurídicos e políticos, produzindo tragédias humanitárias na sociedade civil, que, em sua maioria, não é protagonista dos combates.

Este livro reúne três capítulos com a perspectiva de fazer um panorama da evolução do conflito, com ênfase na última década, marcada pela adoção do Plano Colômbia e a Política de Segurança Democrática do governo de Álvaro Uribe.

O capítulo 1 faz uma análise do conflito desde as suas origens no início da década de 1960 até o final dos anos 1990. Nesse percurso, são resgatadas as distintas fases da guerra, bem como os seus atores e suas respectivas atuações. Note-se que, a partir da década de 1980, a dinâmica do conflito, envolvendo guerrilhas de esquerda, paramilitares de direita e governo, passou por uma profunda transformação relacionada à consolidação da atividade do narcotráfico no país.

O capítulo 2 trata especificamente da aliança do governo colombiano com os EUA, que possibilitou a interferência norte-americana nos problemas internos do país, através da formulação do Plano Colômbia em 2000. A Colômbia havia chegado ao final da década de 1990 em situação dramática, com o narcotráfico em ampla expansão, as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) aumentando efetivo e impondo reveses militares ao governo, e os

paramilitares se organizando nacionalmente nas Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). Com o Plano Colômbia, em sintonia com as políticas de segurança dos EUA, a percepção, o tabuleiro e a dinâmica da guerra foram alteradas. Nesse sentido, o conflito entrou numa nova fase, que se estende até o momento.

O capítulo 3 apresenta a dimensão regional adquirida pelo conflito colombiano. Com as ações militares do governo colombiano, nos marcos do Plano Colômbia, os grupos ilegais armados aumentaram sua presença nas fronteiras com os países vizinhos, principalmente Equador e Venezuela, utilizando-as como retaguarda estratégica. Além disso, o conflito colombiano tem uma relação intrínseca com o narcotráfico, que possui uma dinâmica internacional. Dessa forma, o conflito tem sido percebido como uma ameaça, não em termos clássicos, por alguns países fronteiriços com a Colômbia.

O epílogo compreende uma breve visão de conjunto, resgatando algumas questões centrais do conflito.

Capítulo 1
O CONFLITO COLOMBIANO

1 - O CONFLITO COLOMBIANO

Marcada por divisões geográficas, regionais, sociais, políticas e econômicas que, na maior parte do tempo, foram equacionadas pela violência, a Colômbia teve ao longo de sua história uma grande dificuldade para consolidar sua unidade nacional e para garantir o funcionamento efetivo do seu Estado. Dito de outra forma, o país sempre conviveu com um quadro de dificuldade estatal para garantir soberania, exercer o monopólio do uso da força e o monopólio fiscal, mediar conflitos sociais e fazer valer o Estado de Direito em várias partes do seu território, num ambiente de cultura política de violência, de limites de participação política e de acesso desigual aos recursos naturais.

Nesse contexto, não é por acaso que a história do país tenha sido marcada pelo surgimento de conflitos armados e pelo desenvolvimento de economias ilegais. Na segunda metade do século XX, depois de ter passado pelos conflitos da Guerra dos Mil Dias (1899-1902) e da Violência Famosa (1948-1965), a Colômbia passou a vivenciar outro conflito interno armado. A partir dos anos 1960, no auge da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, o país viu surgir grupos guerrilheiros de esquerda, seguidos do aparecimento de organizações paramilitares de direita, que passaram a estabelecer combates entre si e com o Estado. Desde então, o conflito armado colombiano tem percorrido várias fases, e tem sido potencializado pela persistência do quadro descrito acima e pelo desenvolvimento de outros fenômenos, tais como as economias ilícitas do narcotráfico, do tráfico de armas e do contrabando.

1.1 - Algumas questões estruturais do país

Desde as suas origens no início da década de 1960, o conflito colombiano passou por várias etapas, diversificando causas e atuações de seus atores. Porém, seja qual for a análise que se faça desse conflito, não se pode negligenciar algumas questões estruturais do país que, com maior ou menor intensidade, permeiam toda a trajetória do conflito. Podemos começar pela questão relacionada às debilidades do Estado nação colombiano. Com uma geografia complexa e pouco integradora, que acentuou as divergências regionais, a fundação da nação colombiana careceu de um ideário nacional comum, prevalecendo, ao longo dos séculos XIX e XX, as identidades regionais e partidárias de elites econômicas e políticas. Sem compromissos com a construção de uma nação moderna, democrática e integradora, esses grupos locais e regionais quase sempre procuraram resolver suas divergências mediante a violência, protagonizando, na maior parte do tempo com os seus exércitos privados, inúmeras guerras civis. Tais como: as de 1830-31, 1839-1842, 1851, 1854, 1860-1862, 1876-77, 1885 e 1895, polarizadas nos conflitos entre liberais e conservadores, que culminaram na Guerra dos 1000 dias (1899-1902), responsável pela morte de 100 mil colombianos, pela destruição da economia do país e pelo esgotamento das forças políticas; e as da Violência Famosa, entre os anos de 1946 e 1958, nas quais as antigas rivalidades entre liberais e conservadores foram retomadas, num ambiente de contínua dispersão e fragmentação do poder e pauperização das massas (Rochlin, 2002).

A prevalência do localismo e do regionalismo, sem grandes compromissos com a construção da nação, dificultou a constituição de um Estado central forte, com capacidade para tomar e implementar decisões que fossem cumpridas em todo o território, independentemente de quem as tomassem (Mann, 2004). Esse é um fato importante para explicar a preponderância da violência no país.

Em ampla medida, a história colombiana tem sido marcada por uma incapacidade do Estado para exercer autoridade em várias partes do território, abrindo espaço para a disseminação de uma cultura de ilegalidade e violência (Pecaut, 1987; Buitrago, 2007; Figueroa y Alarcón, 2008). Como prova disso, podemos encontrar - tanto no passado, com os fenômenos do clientelismo armado, caciquismo e caudilhismo regionais, como no presente, com a atuação de atores armados ilegais (guerrilhas, paramilitares e narcotraficantes) – grupos privados controlando territórios, praticando atividades criminosas e exercendo funções do Estado. Além disso, nessa cultura política de violência e de pouca integração, o Estado colombiano sempre encontrou dificuldades para garantir liberdades civis, representação política, Direitos Humanos e resolução de conflitos de forma institucionalizada (Pecaut, 1987).

Outra questão estrutural a ser destacada está relacionada à persistência do fenômeno da violência, que, além de estar ligado aos mencionados problemas dos antagonismos dos grupos políticos, dos limites da participação política e das dificuldades de o Estado exercer a autoridade em todo o território, tem um grande vínculo com os incessantes processos de ocupação e utilização do território (Kurtenbach, 2005). As atividades da agricultura, pecuária e extração de recursos naturais sempre cumpriram um papel primordial na economia colombiana, abrindo espaço para intermináveis processos de colonização de territórios. Na Colômbia, o controle da terra sempre foi um fator fundamental de acumulação de riqueza e poder. Essa colonização permanente do território tem sido acompanhada de conflitos violentos entre diversos atores políticos, econômicos e sociais, legais e ilegais, provocando grandes deslocamentos, migrações e mortes de indígenas, negros e camponeses que, na maior parte do tempo, não são os protagonistas da guerra.

No período colonial, a ocupação espanhola deu início a uma violenta expulsão das comunidades indígenas das regiões dos

Altiplanos e Vales Andinos (Nariño, Cauca, Cundinamarca e Boyacá), do Litoral Atlântico e das margens do rio Magdalena. No século XIX, no pós-independência, a violência dos caudilhos consolidou os latifúndios nessas regiões. Na passagem do XIX para o XX, a expansão cafeeira para as regiões de Antioquia, Caldas, Tolima e Valle del Cauca, embora tenha criado uma estrutura de propriedade da terra mais equitativa, também foi feita mediante violência e expulsão de camponeses. A partir da década de 1970, já nos marcos do conflito armado, inúmeros latifúndios da Costa Atlântica, do Vale Central do Rio Magdalena e dos Llanos Orientales foram sendo adquiridos por narcotraficantes, ao mesmo tempo que camponeses e proprietários de terras foram sendo desalojados por grupos paramilitares e guerrilheiros. Atualmente, como palco do atual conflito, esse processo violento de ocupação territorial continua nas regiões dos rios Orinoco e Amazonas e nos vales dos rios Patía, San Juan e Atrato, na região de Urabá, nas serras de San Lucas, San Jerônimo e Ayapel, na serra nevada de Santa Marta, no vale de Magdalena Medio e nas serras de Catumbo e de Perijá (Posada, 2008). Na região de Urabá, por exemplo, rica em biodiversidade, minerais, terras férteis, petróleo, água e madeira, os interesses da agroindústria, da mineração e da indústria do petróleo têm um vínculo claro com a violência dos paramilitares no sentido de expulsar populações desses territórios (Tenthoff, 2008). Em conjunto, pode-se dizer que o permanente processo violento de ocupação territorial é uma questão fundamental para o entendimento da dinâmica do conflito colombiano.

1.2 - O início do conflito

Após passar todo o século XIX em guerra civil, com o fim da Guerra dos Mil Dias (1899-1902) teve início um período de relativa paz na Colômbia, que durou até meados da década de 1940. Durante esse

momento, ocorreu um processo de crescimento econômico marcado por investimentos norte-americanos nos setores de petróleo e mineração e pelo crescimento das exportações de café. Porém, nada disso foi capaz de evitar que o país mergulhasse novamente num quadro de grande violência, entre os anos de 1946 e 1958, que ficaram conhecidos como La Violencia Famosa.

Nessa época, as antigas rivalidades entre liberais e conservadores foram retomadas, de forma violenta, em torno de vários temas como, por exemplo, a descentralização política e a secularização defendidas pelos liberais e a centralização política pregada pelos conservadores, com o apoio da Igreja Católica. Aos poucos, esses conflitos entre liberais e conservadores foram se entrelaçando com sangrentas revoltas protagonizadas pelas classes populares e médias. O empobrecimento dos setores populares e médios, que pouco se beneficiaram do período de crescimento econômico, havia levado parcelas desses segmentos a romperem com os partidos tradicionais, sobretudo com o apoio histórico dado aos liberais, e formarem grupos armados de esquerda no fim dos anos 1940. O estopim para La Violencia Famosa foi a eleição presidencial de 1946. Nesse processo houve uma cisão no Partido Liberal envolvendo a ala direitista, liderada por Gabriel Turbay, e a ala esquerdista, liderada por Jorge Eliécer Gaitán, que possuía grande prestígio entre os camponeses e os trabalhadores urbanos, devido ao seu discurso de combate à concentração de renda e ao poder político nas mãos das oligarquias. Tal fato facilitou a eleição do conservador Mariano Ospina Perez (1946-1950), abrindo um ciclo de violência marcado, principalmente, por assassinatos políticos. Entre esses assassinatos, o de Jorge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948, gerou um grande levante popular, conhecido como Bogotazo, que foi duramente reprimido pelo governo, deixando um saldo de 1.500 mortes e o aumento dos índices de violência pelo país. Estimativas apontam para números de mortos entre 200.000 e 400.000 durante La Violencia Famosa.

Esse período da história de violência na Colômbia foi encerrado em 1958, com as negociações entre o Partido liberal e o Partido Conservador, resultando na formação da Frente Nacional, que estabeleceu a alternância de liberais e conservadores no Poder Executivo e a divisão das cadeiras no Legislativo. Através desse acordo, esses partidos - que ao longo de suas respectivas trajetórias tentaram se eliminar – procuravam excluir do cenário político institucional os outros segmentos da sociedade, como a nova classe média urbana, os intelectuais, os estudantes, os sindicatos, os camponeses e os grupos de esquerda. O alinhamento incondicional à órbita norte-americana no contexto da Guerra Fria também contribuiu para esse processo, pois as Forças Armadas colombianas foram enquadradas na Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, passando a perseguir os segmentos sociais de esquerda identificados como comunistas.

Foi nesse ambiente que começaram a surgir os primeiros movimentos guerrilheiros de esquerda no país, como as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) e o Ejército de Liberación Nacional (ELN). Posteriormente foram criados outros grupos, como o Ejército Popular de Liberación (EPL), o Movimiento 19 de abril (M-19), o Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), o Movimiento Armado Indígena Quintín Lame (MAQL) etc. Em 1968, uma lei autorizou a constituição de milícias civis para combaterem guerrilheiros. Com o apoio de latifundiários e narcotraficantes, surgiram vários grupos paramilitares de direita. Em 1996, já com a lei revogada, quase todos esses grupos foram unificados nas Autodefensas Unidas de Colombia (AUC).

1.3 - Os atores do conflito: guerrilhas, paramilitares e governo

A complexidade, o dinamismo e a longa duração do conflito colombiano tornam difícil a formulação de uma única caracterização

dos atores envolvidos. No decorrer do conflito houve uma diversificação de atores. Nesse sentido, a caracterização que se segue nessa parte do texto destaca os atores clássicos do conflito. Ou seja, guerrilhas, paramilitares e o governo. No caso das guerrilhas, ainda que se demonstre a atuação de vários grupos, será dada atenção aos grupos com protagonismo durante todo o conflito, que são os casos das FARC e do ELN. Em relação aos paramilitares, será destacada a trajetória desses grupos e a constituição das AUC e sua atuação. As novas formas assumidas pelo fenômeno paramilitar no país aparecerão em outro momento do texto. A análise das posições dos governos colombianos no enfrentamento do conflito irá, nessa seção, até o governo de Andrés Pastrana (1998-2002) e o advento do Plano Colômbia.

Há outros atores importantes envolvidos na dinâmica do conflito, como determinados setores das elites políticas e econômicas do país, os narcotraficantes e os EUA. Porém, a análise desses atores aparecerá à medida que as distintas fases do conflito forem sendo tratadas.

1.3.1 - As guerrilhas

Quando se observa as origens do conflito colombiano, logo é possível perceber que não há uma razão única para o aparecimento das denominadas "guerrilhas de primeira geração", entre 1964 e 1965, a saber: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e Exército de Libertação Nacional (ELN). De um modo geral, o aparecimento desses grupos pode ser pensado dentro de um quadro conjuntural interno e externo que carregava as seguintes características: agravamento da violência; pobreza extremada; exclusão política de alguns grupos sociais pelos partidos tradicionais (Liberais e Conservadores) que conformaram a Frente Nacional;

decadência dos líderes políticos desde o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán; economia nacional predominantemente agrária e latifundiária; antagonismos de classes e polarização social; débil presença das instituições estatais em vastos territórios do país; influência ideológica do comunismo sobre alguns grupos sociais; exemplo da Revolução Cubana; e a adesão da Colômbia à política de segurança dos EUA na Guerra Fria (Peñuela, 2001; Rochlin, 2002).

1.3.1.1 - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

Os primórdios das FARC remetem ao período da Violência Famosa, no final da década de 1940, quando o Partido Comunista Colombiano (PCC) estimulou a formação de grupos de autodefesa de camponeses e fazendeiros pobres para conter o expansionismo territorial armado promovido por latifundiários em algumas regiões do país. Com o assassinato de Gaitán e o fracasso do Partido Liberal na realização da reforma agrária, grupos de guerrilheiros liberais aderiram a esses grupos de resistência camponesa. Suas atividades tiveram como palco as regiões dos Llanos Orientales e da Cordilheira Central, nos Departamentos de Tolima e Huila. E foi justamente um ataque do exército colombiano, com apoio dos EUA, ao território de Marquetalia, sul de Tolima, zona de autodefesa camponesa, em 1964, que levou a transformação dos grupos de autodefesa em guerrilhas móveis. A resistência camponesa contra a agressão do Estado foi o ato fundador das FARC. Em 1964, na I Conferência Guerrilheira, Marulanda Velez e Jacobo Arenas criaram a "Frente Sul", reunindo alguns grupos armados comunistas. Com um documento programático denominado "Programa Agrário", os guerrilheiros preconizavam a redistribuição de terras, criticavam o sistema político excludente e assumiam uma posição anti-imperialista. Em 1966, na II Conferência Guerrilheira, com uma orientação marxista-leninista, a "Frente Sul" muda de nome para

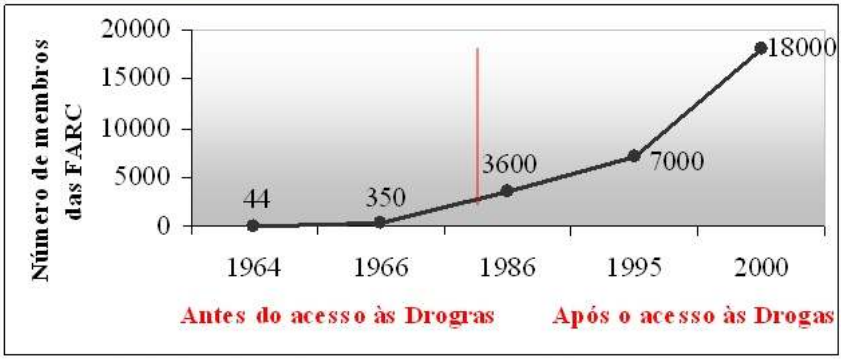
Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com Marulanda Velez no Comando Geral e Ciro Trujillo no segundo posto. Com 350 homens divididos em seis Frentes guerrilheiras, as FARC desejavam sair de uma condição defensiva para uma estratégia ofensiva, embora, na prática, até 1982, a escassez de recursos econômicos (provenientes de extorsão) e de equipamentos militares limitou o seu crescimento numérico e sua expansão geográfica (Brown, 2004; Leongómez, 2005). Nesse período, as FARC conseguiram formar 24 Frentes, que atuavam em zonas de colonização periférica (em Caquetá, Meta e Magdalena Medio), distante dos grandes embates políticos do país, protagonizados pelos partidos tradicionais, movimentos de extrema-esquerda e outras guerrilhas (Pécaut, 2008).

Em 1982, com a VII conferência guerrilheira, as FARC acrescentaram o EP (Ejército del Pueblo) em sua sigla e estabeleceram 48 Frentes, inaugurando uma estratégia ofensiva de expansão territorial, com a perspectiva de tomada do poder no país, denominada de La Campaña Bolivariana por una Nueva Colombia. Dentro dessa estratégia estava prevista a luta política institucional, sem depor armas, sob a convicção de que era preciso combinar todas as formas de lutas. A imensa expansão numérica e territorial pós-1982 pode ser explicada por uma série de fatores. Primeiro, o processo de paz lançado pelo governo de Belisario Betancur (1982-1986), entre 1984 e 1987, que foi aproveitado pela guerrilha não somente para fins políticos institucionais (como a incorporação de quadros na União Patriótica), como também para fortalecimento militar. Segundo, o episódio do extermínio da União Patriótica, formada por ex-guerrilheiros, que, depois do êxito eleitoral, teve a maior parte de seus dirigentes, representantes e simpatizantes assassinados por paramilitares, avalizados por setores das Forças Armadas, narcotraficantes e latifundiários. Após esse fato, as FARC concluíram que a via militar era a única saída para seus objetivos políticos. Terceiro, a consolidação de uma poderosa "economia de guerra" baseada na

extração de recursos em sequestros, extorsões e economia da droga. Seguramente, esse terceiro fator, num contexto de Estado débil e de pobreza extremada, foi o que mais contribuiu para a expansão das FARC.

A partir da década de 1980, a expansão territorial das guerrilhas colombianas passou por uma transformação fundamental, que foi a busca de rendas, com meios extremamente violentos, em áreas com grandes riquezas provenientes da pecuária, agricultura, petróleo, ouro e narcotráfico. Esse fato promoveu alterações importantes na dinâmica do conflito, pois, até então, as guerrilhas tinham uma presença em territórios pobres e periféricos. No caso das FARC, até meados da década de 1990, a obtenção de recursos em territórios ricos era feita mediante sequestros, extorsões e participações na economia da droga. Na segunda metade da década de 1990, as FARC passaram a contar com a economia da droga como principal fonte de recursos, possibilitando a manutenção de uma poderosa estrutura militar que passou de 3.500 homens no final da década de 1980 para 18 mil no ano 2000 (Brown, 2004). Nesse período, as FARC saíram de uma condição de tributadora das atividades do narcotráfico nos territórios sob seu controle para um envolvimento pleno na cadeia do narcotráfico. A destruição do Cartel de Medellín, no início da década de 1990, também contribuiu para que as FARC mergulhassem no negócio da droga. Inicialmente, sem as mesmas motivações e interesses dos narcotraficantes, sem o acúmulo de riqueza e de prestígio da cultura narco, sem a proteção de representantes políticos regionais e nacionais como ocorreu com os paramilitares e os narcotraficantes, e sem a inserção financeira e comercial internacional do narcotráfico, as FARC depositaram na economia da droga o sustento fundamental para seus projetos políticos e militares. O gráfico 1 apresenta a

Gráfico 1 - **Expansão do número de membros das FARC**



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Vanda Felbab-Brown (2004).

expansão do efetivo das FARC antes e depois do acesso à economia das drogas.

Em 1993, na VIII Conferência Guerrilheira, o secretariado das FARC decidiu organizar as Frentes em Bloques regionais (Oriental, Sul, Ocidental, Magdalena Medio, Noroeste, Caribe), com a perspectiva de formação de unidades guerrilheiras destinadas a combater o Estado em várias regiões. Também ficou decidida a necessidade de urbanizar o conflito, e foi definido um programa de reformas econômicas, militares, políticas e sociais no caso da conformação de um governo de reconciliação e reconstrução nacional (Leongómez, 2005). Com os resultados dessa Conferência, ficava evidente que as FARC não estavam dispostas a trilharem o caminho dos grupos insurgentes de esquerda que negociaram e firmaram acordos de paz nesse período. Para as FARC, as reformas políticas democratizantes, como a eleição popular de prefeitos em 1988 e a nova Constituição de 1991, não eram suficientes para colocar em causa os problemas estruturais do país, e assim o grupo continuou na luta armada, diferente dos desmobilizados M-19, Quintín Lame e Ejército Popular de Liberación (Informe sobre América Latina 30, 2009).

Cada vez mais distante dos conflitos agrários, de bases populares e do próprio Partido Comunista Colombiano, as FARC construíram, no decorrer da década de 1990, um vigoroso aparato militar, que permitiu ao grupo sair de uma estratégia de guerra de guerrilhas para guerra de movimentos. Ou seja, sair de uma condição defensiva estratégica num quadro de correlação de forças negativo para uma situação de ofensiva tática com a criação de corpos de exército e utilização de grande número de recursos bélicos (Leongómez, 2005). Essa estratégia foi denominada de Nueva Forma de Operar. Com isso, o grupo passou a ter presença em regiões estratégicas (eixos de comunicação entre regiões; principais rodovias; áreas de instalações hidrelétricas e petroleiras; zonas próximas a Bogotá e Medellín) ameaçando a estabilidade institucional e a economia do país. De acordo com Vanda Felbab-Brown (2004), em 1983, as FARC tinham presença militar ou controle sobre 173 localidades do país, e, em 1998, atingiram 622. Note-se que, embora em escala bem menor que os paramilitares, o expansionismo territorial das FARC foi acompanhado de massacres, destruição de povoados, intimidações, recrutamento de crianças e deslocamentos forçados de populações camponesas. Algo bem distante de qualquer causa camponesa ou de mudança social e emancipação popular. Em larga medida, esse fato e o pouco empenho desse grupo para estabelecer um acordo de paz nos termos propostos pelo governo de Andrés Pastrana (1998-2002) explicam a perda de apoio das FARC na sociedade colombiana, que apoiaria mais tarde um governo que apresentasse uma saída essencialmente militar para lhe dar com esse grupo.

Entre 1995 e 1999, diante de instituições estatais débeis para abrangerem todo o território, do fragilizado governo de Ernesto Samper (1994-1998) e do fracasso do projeto de paz do governo de Andrés Pastrana (1998-2002), as FARC estavam ganhando praticamente todas as batalhas contra o Exército colombiano[2]. Para Antônio Navarro Wolf (2002), os primeiros que se deram conta dessa

situação foram os norte-americanos. Wolf cita as declarações do comandante Charles Wilhelm, do Comando Sul do Exército dos EUA, que, em visita a Colômbia, em 1998, disse que se não houvesse uma intervenção para mudar a situação, em cinco anos as FARC iriam vencer a guerra.

A implantação do Plano Colômbia (2000-) marca um ponto de inflexão nas estratégias e pretensões das FARC. A ajuda econômica e militar dos EUA permitiu o fortalecimento e a modernização das instituições militares e policiais do país, que passaram a impor duras derrotas às FARC. Ainda no início da década de 2000, a expansão dos paramilitares das AUC já havia imposto algumas derrotas aos guerrilheiros. Porém, a partir de 2004, com o Plano Patriota, lançado pelo governo colombiano, nos marcos do Plano Colômbia, os guerrilheiros começaram a perder controle sobre regiões de origem e estratégicas, além de sofrerem baixas significativas nos seus quadros de direção, e milhares de deserções e desmobilizações de combatentes. Desde então, tiveram que retornar a guerra de guerrilha, evitando o confronto direto com as Forças Armadas, passando a praticar ações surpresas com francoatiradores, armadilhas, minas e emboscadas. Em 2008, com a eleição de Alfonso Cano como sucessor de Manuel Marulanda, as FARC iniciaram a sua reorganização lançando o "Plano Renascer", que tem como objetivo central o retorno das ações militares para retomar territórios. Em que pese o discurso da ênfase na solidariedade continental bolivariana e na perspectiva da negociação da paz, essa tentativa de reorganização do grupo veio novamente concentrada nos aspectos militares.

1.3.1.2 - Exército de Libertação Nacional (ELN)

A segunda guerrilha com longa atuação no conflito colombiano é o Exército de Libertação Nacional (ELN). Esse grupo foi fundado por

Fabio Vázquez Castaño, em 1965, nos Departamentos de Santander e Magdalena Medio, que tinham uma forte tradição de guerrilhas liberais e de movimentos de trabalhadores petroleiros e de estudantes. Influenciado pelas ideias de Ernesto Che Guevara e pelo êxito da Revolução Cubana, de onde se alimentou da estratégia foquista de luta armada, esse grupo, formado inicialmente por estudantes, não contou com mais de 300 membros nos seus primeiros vinte anos de existência, e quase foi exterminado pelo exército colombiano no final da década de 1970, quando ficou com apenas 20 homens armados. Nesse período, o ELN apresentou um discurso antioligárquico, nacionalista, anti-imperialista e contrário ao arranjo político da Frente Nacional. Em ampla medida, esse discurso foi pautado por um forte componente moral, decorrente das raízes cristãs do grupo, que vieram com Camilo Torres, sacerdote influente nos meios universitários (Rochlin, 2002).

Ao longo da década de 1980, sob a euforia da vitória da Revolução Sandinista Nicaraguense (1979), alguns militantes e simpatizantes (cristãos, estudantes e profissionais de classe média) mantiveram diálogos no sentido de reestruturar o ELN e sua luta política. O resultado veio em 1986, com o "I Congresso Comandante Camilo Torres", no qual a guerrilha declarou superada a sua crise e abandonou sua ideologia nacional popular e sua estratégia foquista para adotar definitivamente o ideário marxista-leninista. Cabe lembrar que a presença de religiosos, herdeiros da teologia da libertação, tornava a relação entre marxismo e cristianismo num dos temas centrais de debate do grupo (Peña, 2005). Aliás, ao contrário das FARC, uma das marcas fundamentais da trajetória do ELN foi incorporar o amplo debate político entre seus membros, o que sempre gerou divergências e novas correntes.

A reorganização do ELN não pode ser pensada sem a estratégia adotada de manter presença em áreas de maior riqueza do país (petróleo, ouro, pecuária e carvão), principalmente da indústria estrangeira de petróleo da região de Magdalena Medio, que passou a

ser alvo de extorsão da guerrilha. Essa estratégia de obtenção de recursos econômicos, juntamente com as bem-sucedidas iniciativas de busca de sustentação em alguns setores urbanos e de assistência e apoio a grupos de camponeses pobres, possibilitaram ao ELN renovar seus armamentos e formar cinco Frentes de guerra (nordeste, noroeste, norte, sudoeste e central), em 1986. Até 1993, período de auge de crescimento do seu efetivo, o ELN já havia formado 45 Frentes, distribuídas pelos territórios de Santander, Magdalena Medio, Norte de Santander, Arauca, Casanare, fronteiras com a Venezuela, costa Atlântica, regiões isoladas do ocidente e sul das montanhas andinas. Apesar disso, o ELN sempre foi pouco combativo, contando com quadros militares mal preparados, tanto que a prática da sabotagem (de oleodutos, torres de energia elétrica e autopistas) pode ser considerada a sua principal estratégia de combate.

A partir de 1993, o ELN começou a vivenciar um gradativo processo de debilitamento de sua capacidade de ação armada, que não decorreu somente do pouco preparo de seus quadros militares. Em 1993, importantes ativistas populares do grupo, pertencentes a "Corrente de Renovação Socialista", negociaram com o governo e se desmobilizaram. O fim da Guerra Fria, a crise do socialismo e a ampliação do espaço político institucional criado pela Constituição de 1991 foram aspectos determinantes para essa desmobilização. Outra questão importante para a fragilização do ELN foi o fato de que o grupo passou a sobrepor o trabalho político ao militar, algo importante para um movimento político, mas que para uma guerrilha significou fragilizar suas bases sociais e seus membos diante das ações repressivas de paramilitares e do próprio Estado. Por fim, pode-se dizer que duas práticas de arrecadação de recursos financeiros, por motivos distintos, também impactaram negativamente a capacidade de ação armada do grupo. Por questões morais, políticas e cristãs, o grupo se recusou durante muito tempo o seu envolvimento na extração de recursos econômicos da indústria da droga, fato que o

fragilizou diante de outros grupos armados ilegais, que já estavam extraindo recursos econômicos da cadeia do narcotráfico, sobretudo os paramilitares. Outra prática com efeitos negativos para o grupo esteve relacionada ao sequestro, que, por um lado, cada vez mais teve repúdio da sociedade, e, por outro, tornou o ELN um alvo permanente dos paramilitares nas ricas regiões do país (Peña, 2005; Posada, 2009).

Com aproximadamente 4.500 homens, em 2000, o ELN continuou perdendo capacidade de ação militar ofensiva ao longo dessa década, tendo sido atacado constantemente por paramilitares e pelas ações do governo nos marcos do Plano Colômbia. Tanto que, em julho de 2006, durante o seu quarto Congresso, com a presença de membros de todas as suas Frentes, o ELN decidiu estabelecer com o governo de Álvaro Uribe um diálogo preliminar de paz, que acabou malogrando anos depois. Também foi aprovada a necessidade de o grupo ampliar suas redes urbanas legais e clandestinas, pois ficou constatado que as derrotas para os paramilitares e as Forças Públicas haviam diminuído a base social do grupo nas zonas rurais. Aprovou-se ainda a perspectiva de construir articulações entre os movimentos sociais do país (Policy Briefing 16, 2007).

Com vários reveses militares e com a redução dos recursos econômicos provenientes de extorsão e sequestro, algumas Frentes do ELN passaram a depender da cobrança de impostos sobre cultivadores de coca e do envolvimento na cadeia completa do narcotráfico. Note-se que, atualmente, as Frentes mais ativas do grupo estão localizadas justamente em importantes regiões cocaleiras e nos corredores do narcotráfico, como no sul da Costa do Pacífico e na fronteira com a Venezuela (Policy Briefing 16, 2007).

Apesar desse quadro de pouca capacidade militar e de estar reduzido a aproximadamente 2.500 homens, as estruturas de mando do ELN continuam organizadas. Além disso, ao contrário das FARC, que estruturaram o seu poder no controle de territórios através de ações armadas, o ELN ressente menos da sua debilidade militar e da

perda de territórios, pois, historicamente, teve uma atuação concentrada mais em ações políticas locais e regionais, por fora e por dentro da institucionalidade.

1.3.2 - Os paramilitares

O fenômeno paramilitar na Colômbia tem estreita relação com as deficiências do Estado para manter o controle do território, exercer o monopólio do uso da força, garantir a segurança das pessoas e promover uma legislação eficaz sobre a propriedade da terra e a exploração das riquezas naturais. Desde o século XIX até La Violencia Famosa, o país conviveu com exércitos privados que usavam a força à revelia do Estado, muitas vezes contando com a leniência ou cumplicidade de representantes do Estado. Não é por acaso que o embrião dos grupos paramilitares esteja relacionado a atos governamentais que legitimaram a existência de grupos de autodefesa. Mergulhado na lógica da Guerra Fria e convivendo com o aumento dos conflitos sociais, principalmente após a criação das FARC, em 1964, e do ELN, em 1965, o governo colombiano publicou o Decreto 3398, de 1965, permitindo a criação de organizações de defesa civil, e a Lei 48, de 1968, possibilitando à sociedade a formação de exércitos privados para sua defesa e proteção contra a violência das guerrilhas.

Durante a década de 1970, ainda localizados na sociedade tradicional, conservadora, rural e fronteiriça do país, os grupos de autodefesa tinham uma atuação limitada a uma estratégia defensiva em relação aos guerrilheiros e sem pretensões expansionistas, embora a prática de usar exércitos privados para garantir a posse e exploração da terra para a agricultura, pecuária e mineração de esmeraldas fosse recorrente em algumas regiões do país, como, por exemplo, nas minas de esmeraldas em Boyacá (Rivas Nieto e García, 2008). A partir da

década de 1980, esses grupos de autodefesa começaram a passar por modificações na sua composição e forma de atuação, configurando-se, de fato, em grupos paramilitares. Com uma ideologia conservadora e anticomunista, os grupos paramilitares adotaram uma atuação ofensiva contra guerrilheiros, grupos de esquerda e seus supostos simpatizantes em quase todo o território do país, contando com a cumplicidade de setores das Forças Armadas e das elites políticas e econômicas do país. Ocorre que essa ofensiva armada não ficou circunscrita às questões político-ideológicas, pois a população camponesa residente em áreas de interesses de latifundiários e narcotraficantes também passou a ser alvo. Aos poucos, principalmente com o crescimento da economia da droga no país, esses grupos foram se convertendo em verdadeiras empresas armadas de conquista territorial e de controle sobre populações camponesas, usufruindo dos negócios do narcotráfico, contrabando e mercado de terras (Posada, 2009).

Sob todos os aspectos, o fortalecimento do narcotráfico na Colômbia modificou e potencializou o conflito colombiano. No caso do paramilitarismo, essa atividade foi fortalecida e ampliada pela indústria da droga, assumindo práticas cada vez mais violentas contra guerrilheiros e populações civis. Entre meados da década de 1970 até o final da década de 1980, algo em torno de quatro a seis milhões de terras das regiões da Costa Atlântica (Departamentos de Antioquia e Córdoba), do Vale Central do Rio Magdalena e dos Llanos orientales foram adquiridas por narcotraficantes das mãos de grandes pecuaristas, que tiveram o preço de suas terras desvalorizado pelas ações de extorsão, tributação e sequestros cometidas pelas guerrilhas (Rochlin, 2002; Posada, 2009).

Assim como os latifundiários, os narcotraficantes passaram a utilizar os serviços dos paramilitares para garantir a posse de enormes domínios territoriais, controlar populações e combater guerrilheiros. Com a criação do grupo paramilitar Muerte a Sequestradores (MAS),

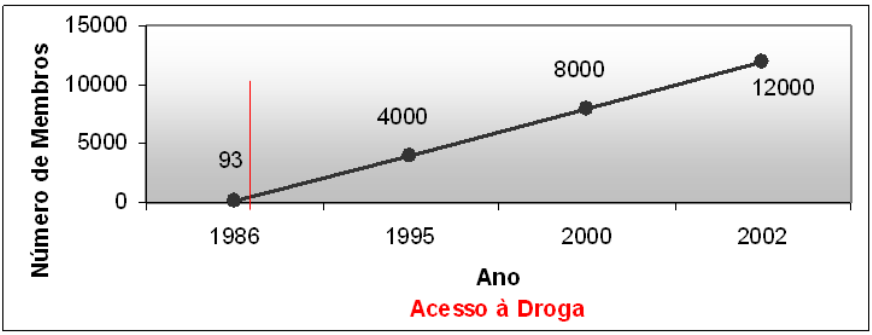
em 1981, por integrantes do Cartel de Medellín, seguida da criação de outros grupos paramilitares, por setores militares e grandes proprietários de terras descontentes com a negociação de paz do governo Belisario Betancur (1982-1986) com as guerrilhas, teve início uma grande operação contrainsurgente, que se misturou com a expansão territorial do narcotráfico, exacerbando os níveis de violência no país. Nesse processo, camponeses e organizações da sociedade civil também foram alvos dos paramilitares e narcotraficantes, como no assassinato de 3.000 membros da União Patriótica, em 1985, com a conivência de determinados setores das Forças Armadas e de elites políticas regionais e nacionais. O crescimento das atividades dos paramilitares constituiu-se num poderoso aliado clandestino das ações das Forças Armadas contra as guerrilhas, com os paramilitares fazendo o que ficou conhecido como "trabalho sujo".

Ainda que o presidente Virgílio Barco (1986-1990) tenha feito o decreto 1194, de 1989, estabelecendo prisão para organizadores e financiadores de grupos paramilitares, esses grupos continuaram se expandindo durante a década de 1990, num contexto de também crescimento significativo das guerrilhas e de reformas de descentralização política e administrativa. Entre 1994 e 1997, diante da expansão e violência das guerrilhas, o presidente Ernesto Samper (1994-1998) complementou uma lei proveniente do governo Gaviria (1990-1994), permitindo aos camponeses e fazendeiros a criação de associações locais de defesa, denominadas de Cooperativas de Vigilancia y Seguridad Privada (Convivir). Essas cooperativas acabaram facilitando a proliferação dos grupos paramilitares e de seus crimes contra os Direitos Humanos.

Do ponto de vista econômico, o notável crescimento dos grupos paramilitares durante a década de 1990 esteve relacionado aos negócios do narcotráfico. O desmantelamento dos cartéis de Cali e Medellín permitiu aos paramilitares o envolvimento em toda a cadeia empresarial das drogas (cultivo, processamento e exportação). O

controle sobre a rota de contrabando em Urabá, perto da fronteira com o Panamá, possibilitou aos paramilitares herdarem a rede e os contratos dos narcotraficantes no interior do país e no exterior. O

Gráfico 2 - **Expansão do número de membros dos paramilitares**



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Vanda Felbab-Brown (2004).

gráfico 2 demonstra a expansão dos paramilitares antes e depois do acesso aos recursos econômicos do narcotráfico.

Um fator político que completa esse quadro de expansão paramilitar foi o processo de descentralização político-administrativa, iniciado em meados da década de 1980, que fortaleceu os poderes locais e regionais. Nesse novo arranjo político-institucional, em quase todas as regiões do país, as disputas políticas eleitorais e a manutenção dos governos locais e regionais passaram a contar com o respaldo armado dos paramilitares, consolidando no país o fenômeno da "parapolítica"[3] (Rodríguez, 2009).

Em 1994, os paramilitares deram um primeiro passo no sentido de estabelecer uma estrutura comum com caráter político, com a criação das Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá (ACCU). Em 1997, sob a liderança de Carlos Castaño e Salvatore Mancuso, os diversos grupos paramilitares (Autodefesas de Córdoba e Urabá; de Magdalena Medio; dos Llanos Orientales; de Santander (1998); de sul

de Cesar (1998); de Casanare (1998); e de Cundinamarca (1998)) estabeleceram uma coordenação nacional chamada Autodefesas Armadas da Colômbia (AUC), com propósitos definidos de combater as guerrilhas, expandir os domínios territoriais e controlar instrumentos de poder nas regiões.

A partir de então, as AUC passaram a exigir do governo o reconhecimento de ator político, sob o argumento de que seu objetivo não era enfrentar o Estado, mas suprir suas debilidades, pois o diagnóstico do grupo era de que as Forças Armadas não tinham eficácia na luta contrainsurgente. Com o discurso de combate às guerrilhas, as AUC deixaram um sangrento legado de conquistas de milhões de hectares de terras, controle social e político de localidades, corrupção das instituições estatais, massacres, intimidações, assassinatos seletivos (de camponeses, sindicalistas, jornalistas, militantes dos Direitos Humanos e lideranças sociais), desaparecimentos e deslocamentos de milhões de pessoas. Como projeto político conservador, autoritário e contrainsurgente, as AUC contaram com apoio de setores das Forças Armadas, das elites econômicas e políticas regionais e nacionais, dos pecuaristas, dos latifundiários, das companhias estrangeiras e de algumas populações (grupos de camponeses pobres, trabalhadores e produtores informais) apavoradas com a violência das guerrilhas. Porém, a razão de ser das AUC nunca foi exclusivamente o combate às guerrilhas, mas também o controle dos negócios da droga, da venda ilegal de gasolina, do roubo de terras e do desvio de dinheiro público dos municípios e departamentos.

Em 2006, as AUC negociaram com o governo Álvaro Uribe e se dissolveram formalmente. Ocorre que, apesar das tentativas de alguns de seus líderes, as AUC nunca conseguiram estabelecer uma estrutura única e vertical de comando. Tendo sempre que conviver com uma aliança instável entre grupos regionais organizados em diferentes Frentes, com autonomia financeira e operacional, que resultou numa

dinâmica marcada por fragmentação dos postos de comando e assassinatos de comandantes. As disputas em torno das atividades do narcotráfico foram decisivas para esse processo, levando ao assassinato de Carlos Castaño e o surgimento de dissidentes como o grupo Bloque Central Bolívar. Assim, mesmo com o desaparecimento formal das AUC, com a desmobilização de quase 32.000 membros, o fenômeno paramilitar persiste no país, amplamente ligado ao narcotráfico e se valendo, em muitos casos, das antigas estruturas delitivas de poderes econômicos, sociais, militares e políticos criados pelas AUC.

1.3.3 - O governo

Em mais de 40 anos, o conflito colombiano vivenciou fases diferentes, bem como quadros conjunturais com causas e atores diversos. Nesse sentido, embora a posição do Estado seja sempre no sentido de por fim ao conflito armado, pode-se dizer que as políticas dos governos colombianos diante do conflito foram heterogêneas, dependendo de questões como: a capacidade de o Estado enfrentar militarmente os grupos ilegais armados; as interpretações acerca das motivações guerrilheiras; a posição ideológica sobre o conflito; e as relações que o país estabelece com os EUA.

Nas décadas de 1960 e 1970, as principais atividades guerrilheiras estiveram circunscritas às regiões de ausência estatal, com os combates ocorrendo em zonas rurais e regiões periféricas do país. Ao longo dos anos 70, as FARC e o ELN ganharam a companhia de outros movimentos subversivos, como o Movimento 19 de abril (M-19), o Exército Popular de Libertação (EPL), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o Quintín Lame (MAQL), a Corrente de Renovação Socialista (CRS), o Movimento de Esquerda Revolucionário (MOIR), etc. Formadas por setores suburbanos ou rurais,

marginalizadas político e militarmente, as guerrilhas não ameaçavam o sistema político, organizado em torno do pacto excludente da Frente Nacional. Nesse período, apenas o M-19 conseguiu realizar algumas ações exitosas, sobretudo no sentido de tornar pública a atividade guerrilheira, como no roubo da espada de Simón Bolívar e na invasão da embaixada da República Dominicana. Note-se que esses movimentos subversivos possuíam escasso apoio popular (Peñuela, 2001). Durante essas décadas, nos marcos do alinhamento colombiano com as doutrinas de segurança dos EUA na Guerra Fria, a maior parte dos governos implementou uma dura política de repressão contra os ainda pequenos grupos guerrilheiros. Marcada por expedientes como "Estado de Exceção" e o "Estado de Sítio", em nome do combate à subversão, essa política também atingiu os setores de oposição civil urbana e as organizações camponesas que tentavam atuar pela via pacífica, democrática e institucional (Kurtenbach, 2005). Assim, ficava evidente que essa política tratava de impedir qualquer tentativa de reforma social, principalmente a agrária, mesmo que fosse pela via legal. O auge dessa estratégia de confrontação ocorreu no governo de César Turbay Ayala (1978-1982), com o decreto do "Estatuto da Segurança", que compreendeu um conjunto de mecanismos jurídicos e políticos de combate aberto à subversão.[4]

A Colômbia entrou na década de 1980 imersa nos recursos econômicos advindos do narcotráfico. Durante os anos 70, essa atividade ilícita se expandiu no país, favorecida por condições prévias de um contexto social de extrema desigualdade, contrabando, comércio ilegal de esmeraldas e violência. As enormes riquezas obtidas pelos narcotraficantes colocaram em marcha uma profunda transformação da sociedade colombiana, que se estende até os dias de hoje. As hierarquias sociais, a propriedade fundiária, o destino dos investimentos, o sistema político, os valores culturais, todas essas esferas têm sido notadamente afetadas pelo narcotráfico (Restrepo,

2005). O conflito armado não escapou à esfera de influência do narcotráfico, sendo potencializado por essa atividade, que passou a condicionar toda a dinâmica do conflito. A partir de meados da década de 1980 - quando as ações criminosas dos cartéis das drogas demonstraram todo o seu poder e capacidade de desafiar o Estado, como no assassinato do Ministro da Justiça em 1984 - os governos colombianos teriam pela frente um duplo desafio: combater o narcotráfico e solucionar a questão dos grupos guerrilheiros. A situação ficaria mais complexa à medida que a expansão do narcotráfico iria, por um lado, colocar os paramilitares como um poderoso ator do conflito, e, de outro, garantir o financiamento guerrilheiro (principalmente das FARC) para manter o confronto armado.

O governo de Belisario Betancur (1982-1986) substituiu a estratégia anterior de confrontação por um enfoque de reconhecimento das causas da violência no país, garantindo a livre expressão da oposição, a anistia para 500 guerrilheiros (a maioria do M-19) e a disposição para negociar a paz (Chinchilla, 2009). Pela primeira vez na história do conflito, o governo reconhecia que a oposição armada era um ator político, sendo, portanto, fundamental estabelecer um diálogo com esses grupos. Além disso, o governo Betancur iniciou uma ampliação do sistema democrático do país, com medidas de descentralização fiscal, administrativa e política, que também previam a incorporação dos grupos guerrilheiros à vida política institucional (Chernick, 1996)[5]. Nesse sentido, no decorrer do processo de paz instaurado por esse governo, foram estabelecidos acordos de cessar-fogo com as guerrilhas (rechaçado apenas pelo ELN), rodadas de discussão sobre os problemas do país e o nascimento da União Patriótica, partido institucionalizado, com a presença de ex-guerrilheiros das FARC entre seus principais quadros. Porém, o processo de paz fracassou, em decorrência de várias questões. Primeiro, durante o cessar-fogo os guerrilheiros não abandonaram as

armas. No caso da FARC, houve um aumento de seu aparato militar e efetivo. O M-19 protagonizou o episódio mais violento de sua história, que foi a invasão do Palácio da Justiça, em novembro de 1985, com um desfecho trágico. Segundo, alguns grupos econômicos, políticos e militares fizeram dura oposição às negociações entre governo e guerrilheiros. Terceiro, os paramilitares iniciaram um extermínio dos membros da União Patriótica.

Com a chegada ao poder de Virgilio Barco (1986-1990), houve uma avaliação de que o fracasso da paz no governo anterior havia decorrido de uma agenda ampla, com muitos atores e poucos compromissos. Dessa forma, a posição desse governo foi no sentido de negociar com os guerrilheiros somente o desarme e a incorporação à vida política institucional. Vivenciando uma ampla expansão, com vigorosos recursos econômicos, as FARC e o ELN não estavam dispostos a um acordo desse tipo. Assim, o governo Barco conseguiu iniciar o processo de desmobilização de grupos guerrilheiros menores, como o EPL, o PRT, o MAQL e o M-19, que passaram a atuar na vida política institucional do país, principalmente após a nova Constituição de 1991. Vale ressaltar que a prática de assassinatos contra candidatos ex-guerrilheiros permaneceu, como no caso de Carlos Pizarro León-Gómez, ex-comandante máximo do M-19 e candidato pelo partido Aliança Democrática M-19. Nas eleições de 1990, também foi assassinado Luis Carlos Galán, candidato a presidente pelo Partido Liberal. Para Marc W. Chernick (1996), os processos de descentralização e reformas políticas ocorridos nos últimos dois governos haviam ampliado a democracia, porém, tais processos vieram acompanhados do recrudescimento da violência política.

Essa dinâmica reunindo ampliação democrática e aumento da violência política persistiu ao longo da década de 1990. Com a Constituição de 1991 consolidou-se as reformas democráticas e descentralizadoras, ampliando as esferas de poder local e regional. Tal fato levou os atores ilegais armados (narcotraficantes, guerrilheiros e

paramilitares) a se envolverem militarmente nos embates eleitorais nessas esferas de poder, como forma de consolidação de seus domínios territoriais. Nesse sentido, a violência recrudesceu nas disputas políticas locais e regionais, evidenciada em práticas como: o clientelismo armado; o envolvimento do narcotráfico nas eleições, nos partidos e no poder público; a corrupção das instituições públicas locais; a coerção sobre candidatos, eleitores e funcionários públicos; e os massacres e deslocamentos de populações. Importante relembrar que o narcotráfico já vinha em longa expansão no país, bem como o acesso dos grupos paramilitares e guerrilheiros à economia da droga e outras atividades ilícitas. Com esses atores turbinados de recursos econômicos e militares, as esferas de poder local tornaram-se um dos palcos centrais do conflito. Assim, o conflito já não estava mais localizado em regiões periféricas, pobres e de ausência estatal, mas em municípios urbanizados, com importantes recursos naturais e intensa atividade econômica (Chacón e Sánchez, 2005).

Em 1990, assumiu o governo César Gaviria (1990-1994), e também foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. Em relação ao conflito, a administração Gaviria conseguiu encerrar o processo de desmobilização e inserção política institucional das guerrilhas menores e da ala "Corrente de Renovação Socialista", pertencente ao ELN. A ampliação democrática promovida pela Constituição de 1991 foi fundamental nesse processo. Porém, não houve avanço com as FARC e o ELN, que, depois de recusarem, até aceitaram discutir os grandes problemas nacionais na Assembleia Constituinte, mas sem depor as armas, algo que não foi aceito pelo governo. Sem acordo, a administração Gaviria não reconheceu os grupos armados como atores políticos e lançou um plano de "guerra integral" nas regiões centrais desses grupos. A gestão Gaviria ficaria ainda marcada pela destruição do Cartel de Medellin, de Pablo Escobar, morto em 1993.

O presidente Ernesto Samper (1994-1998) prosseguiu com o combate aos cartéis das drogas no país, eliminando o Cartel de Cali[6].

Além disso, Samper restaurou a concepção política do conflito armado, reconhecendo as guerrilhas como atores políticos, aplicando o Direito Internacional Humanitário, e se dispondo a negociar com os guerrilheiros. Porém, a gestão Samper ocorreu sob grave crise política, decorrente das acusações de ter recebido dinheiro do Cartel de Cali para financiar sua campanha, fato que fragilizou o governo para negociar com as guerrilhas. Aliás, as FARC aproveitaram essa fragilidade governamental para sua expansão.

O país chegou ao final dos anos 1990 em situação dramática, com o narcotráfico em ampla expansão, as FARC aumentando efetivo e impondo reveses militares ao governo, e os paramilitares se organizando nacionalmente com a criação das AUC. Nesse contexto, o conflito interno colombiano assumiu dimensões trágicas e gigantescas em números de mortos, feridos, desaparecidos, sequestros, massacres e refugiados. O presidente Pastrana (1998-2002) declarou guerra às drogas, rearmando e modernizando as Forças Armadas e a polícia, além de anunciar uma solução negociada com os movimentos insurgentes. Para Pastrana, "a Colômbia tinha duas guerras diferentes: a do narcotráfico e a da guerrilha" (Pastrana apud Santana, 2004: 211). Em julho de 1998, o presidente teve um encontro com Manuel Marulanda Vélez, líder das FARC, para a negociação de um acordo de paz, no qual o governo cedeu à guerrilha uma zona desmilitarizada de 42 mil km^2 na região da selva colombiana, enquanto manteve a ofensiva contra a guerrilha em outras regiões. O acordo fazia parte de um plano de desenvolvimento denominado Cambio para Construir la Paz 1998-2002. Durante três anos, as FARC dialogaram com o governo e diversos setores da sociedade colombiana, sempre com transmissão da TV estatal. Porém, o processo de paz fracassou. Para a classe política tradicional, a razão do fracasso foi a generosidade do governo, que, ao ceder território para as FARC, proporcionou o seu reagrupamento, treinamento e armamento. Do lado das FARC, Marulanda Vélez justificou o fracasso do acordo com a

posição intransigente do governo para negociar temas fundamentais na agenda dos guerrilheiros, tais como, o referendo, a participação política com igualdade de garantias, a questão da terra, a ruptura com a política econômica neoliberal e o fim do Plano Colômbia (sustento para a guerra) (Orozco, 2004).

Seja como for, o fato é que a evidente falta de interesse das FARC para negociar um acordo de paz, nos termos propostos pelo governo, abalou sua credibilidade interna e externa, contribuindo para que seus opositores tivessem mais argumentos para não reconhecê-las como ator político. Não por acaso, a sociedade colombiana iria apoiar um governo com soluções militares para o conflito, nos marcos do Plano Colômbia. Esse plano colocou a dinâmica do conflito numa outra fase, conforme verificaremos a seguir.

Capítulo 2
O PLANO COLÔMBIA E A TRAJETÓRIA RECENTE DO CONFLITO

2 - O PLANO COLÔMBIA E A TRAJETÓRIA RECENTE DO CONFLITO

Na década de 2000, o conflito colombiano entrou numa nova fase, marcada pela interferência dos EUA através da formulação do Plano Colômbia. Com um Estado debilitado militarmente e desacreditado social e politicamente, tendo que enfrentar a expansão de grupos com recursos financeiros e militares capazes de desestabilizarem a ordem social e política, o governo colombiano passou a contar com a presença norte-americana para a tentativa de resolução do seu conflito interno. A aliança com os EUA significou que as políticas de segurança (de combate ao narcotráfico e de guerra ao terrorismo pós-11 de setembro) desse país passassem a cumprir um papel importante nos diagnósticos e estratégias para o enfrentamento dos fenômenos do narcotráfico e dos grupos armados ilegais. Dessa forma, antes de uma análise efetiva do Plano Colômbia, vale a pena resgatar alguns aspectos da política norte-americana de combate ao narcotráfico.

2.1 - A política norte-americana de combate ao narcotráfico e a América Latina

Quando se observa o processo histórico de formação e consolidação dos EUA, logo se constata que a política de combate às drogas sempre ocupou um espaço importante na agenda interna desse país. A combinação de uma moral puritana com uma ética protestante e individualista de dedicação ao trabalho criou um ambiente social de profundo repúdio ao vício, à ebriedade e à dependência. Nesse país, as leis contra o ópio, o álcool, a maconha, a heroína, a morfina e a cocaína decorreram de intensas pressões de movimentos puritanos, que levaram o Estado a criminalizar os produtores, os vendedores e os consumidores desses produtos.

Nasceu daí um tipo de política proibitiva que, historicamente, além de marginalizar segmentos da população, aumentou o poder repressivo do Estado e abriu espaço para o desenvolvimento de economias ilegais e criminosas (Tena, 2000; Rodrigues, 2004).

Ao longo do século XX, à medida que passaram a ter uma presença mais notável no sistema internacional, os norte-americanos procuraram estender ao mundo o seu modelo repressor de combate às drogas. Aos poucos, assim como ocorria com algumas minorias étnicas no âmbito interno, vários países foram acusados pelos EUA de serem os responsáveis pelo alto consumo de drogas no país. Incapazes de eliminar a economia ilegal gerada pela política de combate às drogas dentro do seu próprio país, os norte-americanos começaram a pressionar os países produtores de substâncias alucinógenas para que adotassem a sua legislação antidrogas (Quero, 2003). Um aspecto importante dessa questão está no fato de que os esforços dos EUA no sentido de internacionalizar a sua política de combate às drogas nunca estiveram relacionados somente a um problema de saúde pública mundial, mas também a objetivos diplomáticos, geopolíticos e comerciais. Daí decorre a Diplomacia das Drogas, conduzida por estrategistas de relações exteriores.

No governo de Richard Nixon (1969-1974), os EUA deram passos importantes na universalização de seu modelo de combate ao consumo e ao tráfico de drogas. Um deles foi a ratificação multilateral do "Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas", em 1971. Além de enquadrar grande parte da comunidade internacional na sua estratégia, os EUA também reforçaram internamente o seu aparato de repressão aos narcóticos com a criação da Drug Enforcement Agency Administration (DEA), em 1973, que acumulou as funções de cuidar da política antidrogas dentro do próprio país e das ações contra o narcotráfico no exterior (Tena, 2000).

Na década de 1980, a política de combate às drogas foi

ganhando cada vez mais relevância na agenda interna e externa norte-americana, sobretudo no que diz respeito ao seu relacionamento com a América Latina. Com Ronald Reagan (1981-1989), a política de combate às drogas esteve completamente subordinada às diretrizes da política exterior, transformando-se numa questão de segurança nacional. Em 1982, foi aprovada a Defense Autorization Act, que permitiu o exército norte-americano participar da luta contra as drogas. Em abril de 1986, o governo Reagan incorporou à doutrina de segurança nacional a National Security Decision Directive (NSDD), que estabelecia a aliança entre terrorismo de esquerda e narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA.

Com a reformulação da doutrina de segurança nacional, a administração Reagan aumentou a pressão sobre determinados governos latino-americanos no sentido de erradicar os plantios e reprimir o tráfico de drogas. Além de ameaças do uso da força, pressões políticas, econômicas e diplomáticas e o treinamento e apoio logístico de forças policiais e militares latino-americanas antidrogas, o governo dos EUA estabeleceu a "Certificação". Através desse mecanismo, o Congresso norte-americano passou a monitorar e avaliar os esforços antinarcóticos de cada um dos países latino-americanos, suspendendo a assistência econômica, impondo sanções comerciais e vetando empréstimos de organismos internacionais de crédito aos países que não estivessem de acordo com as suas diretrizes. Para Bruce Bagley (1993), além das debilidades institucionais, políticas, técnicas e financeiras dos Estados latino-americanos para cumprirem as leis antinarcóticos preconizadas pelos EUA, a política de Reagan não levava em consideração os múltiplos atores subnacionais e transnacionais envolvidos direta ou indiretamente nessa atividade, como as grandes corporações do setor de química, os bancos privados, os fabricantes de armas, que possuem uma forma de atuação que muitas vezes transcende à esfera de controle dos Estados nacionais.

A vitória na Guerra Fria no final da década de 1980, selada mais tarde com a queda do muro de Berlin (1989) e a desintegração da URSS (1991), levou a política externa norte-americana a substituir o comunismo pelo narcotráfico como a grande ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA. A administração George Bush (1989-1993) retomou a expressão "guerra às drogas" para lançar a National Defense Authorization Act (1989), que mobilizou o Departamento de Defesa na luta contra o narcotráfico. O caráter militarista de combate às drogas foi reforçado e logo evidenciado numa série de ações. Primeiro, os EUA lançaram a Estratégia Andina (1989), que consistia no envio de tropas, na ampliação da ajuda econômica para atividades militares e policiais e no aumento das pressões sobre os países produtores andinos para uma maior cooperação militar na luta contra o narcotráfico. Segundo, o Comando Sul dos EUA reorganizou toda sua infraestrutura técnica, operacional e humana, que havia sido utilizada na contenção ao comunismo na região, para a luta contra esse novo perigo externo. Terceiro, tropas norte-americanas invadiram o Panamá, em dezembro de 1989, na denominada "Operação Causa Justa", culminando na prisão do ex-aliado dos EUA, o presidente Manuel Noriega, condenado como narcotraficante. Quarto, em abril de 1990, a Drug Enforcement Administration (DEA), sem consultar o governo do México, prendeu em território mexicano o médico Humberto Alvarez Machaín, acusado de participar do assassinato de um agente da DEA no México.

Todas essas operações geraram temor e desconfiança em vários países latino-americanos quanto ao mecanismo de combate ao narcotráfico utilizado pelo governo Bush, ou seja, a intervenção militar. Tanto que, na Cúpula de Cartagena (1990), a proposta norte-americana de criar uma força militar multilateral de combate ao narcotráfico foi rechaçada pela maioria dos países latino-americanos, principalmente pelos sul-americanos, que alegavam intromissão norte-americana em sua soberania nacional. Na Cúpula de Santo

Antonio (1992), com o mesmo objetivo, porém com um discurso mais moderado, os EUA acataram as reivindicações dos países latino-americanos, que sugeriam medidas socioeconômicas para combater o problema das drogas. Nesse novo marco, para incorporar os exércitos latino-americanos às suas diretrizes, o governo norte-americano propôs a ajuda econômica não somente para fins militares de combate às drogas, mas também para o desenvolvimento de atividades agrícolas alternativas que substituíssem as plantações de substâncias consideradas ilícitas. A verdade é que diante da recusa de alguns países latino-americanos às estratégias de utilização de uma força multilateral ou da intervenção militar direta dos EUA, a diplomacia norte-americana do narcotráfico passaria a se concentrar na estratégia da guerra de baixa intensidade[7]. Nesse modelo militarizado de combate ao narcotráfico, os EUA oferecem os recursos econômicos e militares para que os países possam implementar seus combates internos. É o que tem ocorrido nos planos antidrogas para a região andina, sobretudo na Colômbia.

O país - com longa tradição contrabandista, localização geográfica com acesso as duas costas dos EUA, terras férteis, clima adequado, mão de obra abundante, Estado debilitado, justiça pouco eficaz e altos níveis de corrupção – se converteu, na década de 1990, em um dos maiores centros de produção e tráfico de drogas ilícitas do mundo. A crescente participação da Colômbia na produção e no tráfico de maconha, cocaína e heroína e o recrudescimento do seu conflito armado converteram oficialmente o país, aos olhos dos EUA, numa ameaça à estabilidade regional e à segurança nacional norte-americana (Pardo, 1997; Rivillas, 2002; Riaza, 2004). Em decorrência desse cenário, a política de segurança dos EUA em relação ao combate às drogas ilícitas passou a determinar a agenda desse país para a Colômbia, sobrepondo e influenciando outras temáticas, como democracia, livre comércio e dívida externa.

2.2 - O Plano Colômbia (diretrizes, evolução e resultados)

Há várias décadas, a Colômbia convive com o problema de economias ilícitas no seu território, entre elas o narcotráfico, que se intensificou em meados dos anos 1970. As ações repressivas do governo dos EUA no México e na Jamaica, no final da década de 1960 e início da década de 1970, levaram a uma migração das plantações de maconha para o Departamento colombiano de La Guajira, fortalecendo as atividades dos narcotraficantes colombianos. Quando, no final dos anos 1970, a demanda por cocaína superou a da maconha, os narcotraficantes colombianos substituíram os pioneiros cubanos de Miami no tráfico de cocaína para os EUA. Inicialmente, as máfias colombianas importavam da Bolívia e do Peru, milenares produtores de folha de coca, a pasta base da coca, que era refinada e transformada em cloridrato de cocaína para ser exportada aos EUA através de rotas pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá. Ao longo da década de 1990, a política norte-americana de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru, sob pena de perderem a Certificação, resultou no "efeito balão", ou seja, numa migração das plantações para as regiões Sul e Central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Choco, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca. A área de cultivos de coca que era de 40.100 hectares, em 1990, passou para 163.300 hectares, em 2000 (Unodc, 2010)

A expansão do narcotráfico somada a uma crise institucional e econômica, à violação sistemática dos Direitos Humanos, a ataques das guerrilhas contra corporações norte-americanas do petróleo, a uma guerra interna e à possibilidade de extensão do conflito para os países vizinhos transformaram a Colômbia numa das prioridades da política de segurança dos EUA no final dos anos 1990. De outro lado, depois de algumas ressalvas das administrações colombianas de Belisario Betancur (1982-1986), Virgilio Barco (1986-1990) e César

Gaviria (1990-1994) em assumir integralmente as definições, diagnósticos e as estratégias norte-americanas acerca do tema do combate às drogas, os governos de Andrés Pastrana (1998-2002) e Álvaro Uribe (2002-2010) aderiram à visão dos EUA. Isso ocorreu devido à conjunção dos seguintes fatores que se seguem: primeiro, as imensas dificuldades do debilitado Estado colombiano para deter o crescente poder do narcotráfico no país, inicialmente o dos cartéis de Cali e Medellín, e depois o dos inúmeros "micro-cartéis" regionais; segundo, os tremendos recursos econômicos gerados pelo narcotráfico, que, além de contribuírem para exacerbar os históricos índices de violência e de corrupção, também incrementaram o poderio dos paramilitares de direita e das guerrilhas de esquerda, fazendo com que o conflito interno armado assumisse dimensões trágicas e gigantescas em números de mortos, feridos, desaparecidos, sequestros, massacres e refugiados; terceiro, as intensas pressões, ameaças e sanções dos EUA, que atingiram o ponto máximo no governo colombiano de Ernesto Samper (1994-1998), no qual os norte-americanos tiraram a Certificação e qualificaram o país como uma "narcodemocracia", o que contribuiu para, entre outras consequências, debilitar ainda mais o Estado colombiano, a perda de credibilidade do país no exterior e a deterioração da situação econômica; quarto, a percepção de determinados grupos sociais, econômicos e políticos colombianos de que a internacionalização da política antidrogas, nos marcos dos EUA, poderia ser vantajosa para a realização dos seus objetivos internos; quinto, a percepção de vários setores da sociedade de que o debilitado Estado colombiano não possuía capacidade para derrotar os grupos armados ilegais, necessitando de ajuda externa para enfrentar o conflito armado interno.

A partir dos governos de Bill Clinton (1993-2001) e de Andrés Pastrana (1998-2002) começou a internacionalização da situação interna da Colômbia, evidenciada no Plano Colômbia, financiado

quase que exclusivamente pelos EUA. Do lado colombiano, no início do seu governo, Andrés Pastrana apresentou o seu plano de desenvolvimento, denominado Cambio Para Construir La Paz 1998-2002. Numa parte, o plano apostava numa solução negociada com os movimentos insurgentes, baseado na geração de confiança, tanto que foi criada uma zona desmilitarizada de 42.000 km^2 na selva colombiana para as FARC negociarem com o governo e a sociedade colombiana[8]. Noutra parte, o plano sustentava que o cultivo de substâncias ilícitas era, antes de tudo, um problema social que deveria ser tratado de forma multilateral mediante uma espécie de "Plano Marshall" para Colômbia.

Em conjunto, nos termos do plano, tratava-se de "internacionalizar a paz para 'desinternacionalizar' o conflito", ou seja, buscar recursos de governos e organismos multilaterais para fortalecer institucionalmente o Estado e desenvolver a economia, criando condições econômicas, sociais e ambientais que propiciassem uma paz integral (Restrepo, 2001). Porém, a falta de envolvimento pleno da comunidade internacional, sobretudo financeiro, e as dificuldades estruturais para cumprir os objetivos do plano inviabilizaram essa estratégia. Nesse sentido, o governo colombiano passou a considerar outra perspectiva, que foi recorrer a uma aliança tática com os EUA para a resolução da sua situação interna. Não foi à toa que, em setembro de 1999, quando mostrou sua versão do Plano Colômbia aos norte-americanos, o presidente Pastrana, interessado na ajuda econômica desse país, já havia mudado seu diagnóstico e estratégia, apresentando a Colômbia como um país "problema", incapaz de garantir os monopólios estatais do uso da força e do controle do território, diante do poder crescente do narcotráfico e das guerrilhas. (Tickner, 2007). Ou seja, buscava o apoio dos EUA para a resolução dos seus problemas internos, dentro da linguagem que os norte-americanos estavam dispostos a cooperar.

Do lado dos EUA, embora inicialmente o governo Clinton tenha apoiado o primeiro plano de paz de Pastrana, uma conjunção de percepções e interesses - de diversas forças políticas e econômicas que possuem peso na elaboração da política externa norte-americana - sobre a situação colombiana, levou o país a atender aos pedidos da Colômbia por mais recursos financeiros. Porém, a destinação dos recursos ocorreria de acordo com as visões, estratégias e objetivos norte-americanos. Em outros termos, as percepções negativas do Departamento de Defesa dos EUA sobre a capacidade do Estado colombiano para enfrentar os conflitos internos, aliadas aos interesses econômicos e geopolíticos dos grupos de pressão, da comunidade de expertos e da composição partidária e ideológica do Congresso dos EUA naquele momento, levaram o governo norte-americano a formular um pacote de ajuda, fundamentalmente militar, baseado na sua histórica visão sobre o problema do narcotráfico (Rivillas, 2002).

2.2.1 - Diretrizes

O Plano Colômbia, previsto inicialmente para durar até dezembro de 2005, redigido numa única versão em inglês e implementado sem que houvesse qualquer debate na sociedade colombiana, definia um investimento inicial de US$ 7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceriam US$ 1,3 bilhão (47 milhões para o Equador). O governo colombiano aplicaria US$ 4 bilhões, sendo que 80% dos recursos viriam de financiamento externo e 20% de ajuste fiscal e de impostos sob controle do FMI, e o restante viria de países europeus e instituições internacionais.

Foram muitos e controversos os aspectos que envolveram a criação desse plano, transcendendo inclusive à própria dimensão de combate às drogas. No que se refere à questão de luta contra o narcotráfico, o plano teve como linha mestra a política norte-americana, que estabelece o consumo de droga no seu país não como

um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, traduzindo-se imediatamente numa estratégia baseada na erradicação dos cultivos mediante a fumigação e a militarização do combate nos países produtores. Nesse sentido, embora o plano contemplasse propostas sociais, econômicas, políticas, jurídicas e de Direitos Humanos, o caráter bélico e repressor constituiu o seu eixo central. Basta observarmos a forma como foram distribuídos os recursos econômicos provenientes dos EUA no início do plano: 1) apoio à expansão das operações antidrogas no sul do país sob a forma de treinamento e equipamento para as Forças Armadas - US$ 416,9 milhões; 2) apoio aos programas de interdição através da modernização do sistema de comunicações dos militares e dos serviços de inteligência - US$ 378,6 milhões; 3) apoio à Polícia Nacional da Colômbia com treinamento e equipamento - US$ 115,6 milhões; 4) apoio ao desenvolvimento econômico e alternativo de atividades que substituam a economia ilícita - US$ 106 milhões; 5) apoio à reforma do sistema Judiciário e aos programas de combate à corrupção, sequestro, lavagem de dinheiro e promoção dos Direitos Humanos - US$ 119 milhões; 6) apoio a outros programas regionais e ao processo de paz - US$ 183 milhões.[9]

Além desses itens, ficou estabelecido que os EUA poderiam manter em território colombiano um efetivo de 500 militares e 300 civis. A Escola das Américas, rebatizada depois do fim da Guerra Fria como Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, assumiu a responsabilidade de oferecer suporte e treinamento para o Exército colombiano. Em relação ao apoio aos programas regionais e ao processo de paz, a maior parte dos recursos foi para projetos militares de combate às drogas, como na Bolívia e no Equador. Outra questão a ser notada é que parte do montante financeiro inicial destinado a fins militares na Colômbia foi utilizada diretamente para a compra de equipamentos bélicos de empresas norte-americanas, como a Bell Textron, a Lockheed Martin, a Military

Professional Resources e a United Technologies. Esse plano colocou a Colômbia no seleto grupo dos principais países receptores de armamentos pesados e semipesados, treinamento de forças de elite e de assessoria em inteligência militar por parte dos EUA.

Em larga medida, pode-se dizer que essa dimensão militarista também teve como alvo a expansão das ações das FARC no conflito interno colombiano, dando ao plano um caráter anti-insurgente, ainda que de forma velada, pois, oficialmente, o Congresso norte-americano limitou as ações ao combate ao narcotráfico. A crescente utilização de recursos econômicos do narcotráfico pelas guerrilhas serviu para os EUA unificarem os problemas, sob o tema de combate à "narcoguerrilha". Importa destacar que, além das relações com o narcotráfico, as ações das guerrilhas colocavam problemas aos interesses e princípios dos EUA no país, na medida em que as FARC e o ELN se colocavam contra a agenda neoliberal do "Consenso de Washington", atacavam e extorquiam corporações norte-americanas, geravam instabilidade regional e cometiam sequestros e assassinatos contra cidadãos dos EUA. Assim, assessorados por estrategistas militares norte-americanos e apoiados por uma ampla base tecnológica de radares, aviões, helicópteros e materiais bélicos disponibilizados ou vendidos pelos EUA, as Forças Armadas do Estado colombiano passaram a aplicar uma dura ofensiva contra os grupos guerrilheiros[10].

Essa crescente militarização promovida pelo Plano Colômbia também teve como objetivo garantir a segurança e os interesses econômicos de grandes corporações dos EUA presentes no país. Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região assumem a maior relevância, como as da: OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP-Amoco, Reliant, Eron, Global, Halliburton. Estudos da Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), com sede em Washington, revelaram que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano ocorreu mediante um

pesado lobby de empresas petrolíferas interessadas nas reservas colombianas e na segurança de seus negócios no país. Segundo a investigação, entre 1995 e 2000, essas companhias investiram US$ 92 milhões em lobby para a aprovação do projeto[11]. Com o Plano Colômbia, militares norte-americanos passaram a chefiar as ações de segurança nas áreas de atuação das corporações petrolíferas, como nas regiões do oleoduto de Caño Limón, com 780 Km de extensão, percorrendo um trecho que começa nos campos de petróleo do Departamento de Arauca, perto da fronteira com a Venezuela, e estendendo-se até o porto de Coveñas na costa Atlântica[12]. Talvez essa dimensão geoeconômica do Plano Colômbia possa explicar a concentração de bombardeios às operações das FARC na região sul do país, como no Departamento de Putumayo, que sintomaticamente possui ricas jazidas de petróleo. Sem esquecer-se da enorme biodiversidade dessa região amazônica colombiana.

Conforme já enunciado, no que concerne à estratégia de erradicação dos cultivos, o plano foi estruturado com base na fumigação das lavouras. As regiões dos Departamentos de Nariño, Cauca e Putumayo foram transformadas em alvos permanentes de fumigações aéreas de Glifosato e de fungo Fusarium Oxysporum sobre as lavouras de coca. Em relação ao programa de cultivo alternativo proposto pelo plano, a United States Agency for International Development (USAID) passou a oferecer assistência aos camponeses para a produção de palmito, pimenta, flores tropicais e cacau.

Destaque-se ainda que a adoção do Plano Colômbia representou um incremento das atividades militares de corporações privadas norte-americanas na região andina. Na verdade, desde 1990, o governo dos EUA vinha utilizando os serviços de corporações militares na região, que, por serem privadas, atuam sem a supervisão direta do Congresso, embora exista uma legislação sobre o assunto. Com o Plano Colômbia, a privatização das funções militares foi ampliada por meio da contratação de várias empresas para

desenvolver serviços de informações, investigação, inteligência, logística, vigilância, treinamento de militares colombianos e fumigação dos plantios ilícitos. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em 24 de fevereiro de 2002, Michael Shifter, diretor do programa sobre a Colômbia do Interamerican Dialogue, afirmava: "Enquanto o Congresso norte-americano não autorizar uma maior presença de militares na Colômbia, essas empresas podem satisfazer a disposição dos EUA de aumentarem sua ajuda a Pastrana". Na mesma reportagem, o jornal apresenta o trecho de um relatório da companhia Military Professional Resources, obtido pela agência Associated Press, no qual se prega que o combate à guerrilha é condição básica para que o narcotráfico seja derrotado. Segundo Antoine Perret (2009), em 2002, as companhias militares privadas receberam US$ 150 milhões dos US$ 370 milhões que os EUA destinaram a Colômbia para operações militares e policiais. O Plano Colômbia estendeu a imunidade diplomática às empresas militares privadas, algo que antes só era concedido aos militares norte-americanos. Sem controle efetivo do governo colombiano, as empresas militares privadas passaram a se envolver no conflito do país, incorrendo, muitas vezes, em violações de direitos e leis nacionais (Riaño, 2009; Perret, 2009). Elaborado por Anamaria Vargas e Antonio Perret (2009), com base na tipologia de Peter Warren Singer, apresentada no seu livro "Corporate Warriors, the rise of the privatized military industry", o quadro 1 apresenta um panorama das principais companhias militares de segurança privadas e suas respectivas funções nos marcos do Plano Colômbia:

Quadro 1 - **Companhias militares de segurança privadas**

Companhias que fazem operações militares e participam diretamente em combate	
COMPANHIA	ATIVIDADES
Dyncorp International	Fumigação dos cultivos ilícitos.
	Apoio às brigadas antidrogas e a polícia nacional colombiana com pilotos e técnicos de manutenção.
	Apoio logístico.
	Operações de busca e resgate.
Companhias de apoio militar	
COMPANHIA	ATIVIDADES
Northrop Grumman Information Technology International, Inc.	Apoio logístico.
	Apoio técnico para o uso de *Data Feeds*.
	Integração de telefonia por satélite.
Olgoonik	Apoio logístico.
	Apoio administrativo de pessoal para a polícia nacional colombiana e das forças militares da Colômbia e o Ministério de Defesa.
Chenega Federal Systems	Prover a manutenção e a administração das bases de dados de inteligência para o Centro de Fusão de Inteligência da embaixada.
Companhias que participam indiretamente no conflito	
COMPANHIA	ATIVIDADES
Lockheed-Martin	Apoio logístico e de provisões ao pessoal e as instalações de aviação.
	Manutenção e apoio ao serviço aéreo da polícia nacional colombiana.
	Recomendações em logística e serviços profissionais às forças militares colombianas, como execução e planejamento estratégico de operações e táticas.
	Apoio logístico, planejamento tático e de execução de operações na Colômbia.
	Operação de um sistema de aeronaves para fazer frente ao tráfico de drogas: colaboração com pilotos que sobrevoam cultivos ilícitos e territórios controlados por narcoterroristas, apoio de operadores e de técnicos de manutenção de aviões.
	Treinamento em comunicações públicas em operações antinarcoterroristas no desenvolvimento do Plano Colômbia.
	Treinamento e integração dos programas de operações de informação.
	Assistência técnica ao ministro de Defesa colombiano e às forças de segurança pública.
Arinc, Inc.	Manutenção de sensores e engenharia.
	Logística.
	Treinamento da PNC provida com aviões C-26 e equipamentos de vigilância.
	Apoio logístico dos aviões do Programa Colômbia Air Bridge Denial (ABD).
Mantech	Vigilância do Centro de Coordenação de Operações Antidrogas em colaboração com o Elemento de Coordenação do Componente Aéreo.
	Alojamento militar e instalações de operação como apoio às FAC e ao pessoal civil em Apiay (Meta).
Tate Incorporated	Apoio de pessoal, equipes e serviços ou suprimentos para a recuperação de pessoal isolado, desaparecido, detido ou capturado.
Caci Inc.	Apoio logístico por técnicos em comunicações elétricas e satélites.

Fonte: Perret e Vargas (2009).

2.2.2 - Evolução

Todas essas estratégias que envolveram a criação do Plano Colômbia ganharam mais vigor com a conjuntura criada no início deste século, que apresentava, do lado colombiano, a ruptura do processo de negociação de paz com a guerrilha, a exigência de grande parcela da população pelo fim do conflito interno armado e a eleição de Álvaro Uribe Vélez (2002-2006), e, do lado norte-americano, a publicação da nova doutrina antiterrorista do governo Bush após o 11 de setembro. Álvaro Uribe e George W. Bush, seguindo suas respectivas estratégias, interesses e objetivos, compartilharam a ideia de que as guerrilhas eram grupos de terroristas que controlavam o narcotráfico e ameaçavam a segurança regional e mundial. Logo após sua posse, interessado em avançar na estratégia de internacionalização dos conflitos internos para cumprir sua agenda doméstica, Álvaro Uribe afirmava: "Na Colômbia não existe conflito, aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade, e, isto deve ser resolvido rapidamente" (Uribe apud Quiroga, 2003: 164).

No mesmo sentido e na mesma época, com interesses econômicos ligados ao petróleo, gás natural e carvão e reafirmando os compromissos norte-americanos com a democracia, a segurança hemisférica, o livre comércio e os Direitos Humanos, o governo dos EUA se pronunciava através do seu Secretário de Estado para assuntos do Hemisfério Ocidental, Otto J. Reich, dizendo: "A Colômbia pode derrotar os terroristas, mas necessita de ajuda dos amigos. Nossos valores, nossa segurança e o futuro do nosso continente estão ligados à vitória da Colômbia em sua guerra contra o terrorismo [...] O presidente Bush já pediu ao Congresso autorização para oferecer ajuda militar e de inteligência ao governo colombiano para sua guerra contra o terror" (The Washington Times, 19/6/2002). Portanto, o Plano

Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo, transformando o governo de Uribe num grande aliado da política de segurança dos EUA[13]. Assim, o conflito interno colombiano se transformou numa frente adicional da guerra dos EUA contra o terrorismo internacional, com os norte-americanos ampliando o seu papel na situação doméstica colombiana, mediante seus diagnósticos, políticas e interesses.

Nos marcos do Plano Colômbia e com o apoio de diversos setores da sociedade colombiana, o presidente Uribe colocou em ação a Política de Segurança Democrática, com o objetivo de recuperar "a legitimidade, a legalidade e a governabilidade do Estado colombiano", com destaque para os seguintes pontos: o controle do território e da soberania nacional; a segurança dos cidadãos; o combate às drogas ilícitas e ao crime organizado; o fortalecimento do serviço de Justiça; o desenvolvimento das regiões pobres e de conflito, com programas produtivos e de paz; a promoção e a proteção dos Direitos Humanos; e a cooperação em programas bilaterais e multilaterais para a proteção das fronteiras (Departamento Nacional de Planeación, 2003). Para atingir essas metas, Álvaro Uribe tomou uma série de medidas, tais como: a criação de uma rede de informantes em toda a sociedade, com programas de recompensa para as pessoas que delatassem os colaboradores de grupos insurgentes ou criminosos; a colocação de tropas do Exército e da polícia para garantir a segurança nas estradas; a solicitação do aumento da ajuda econômica dos EUA para não somente manter a política de erradicação dos cultivos ilícitos via fumigações, como também combater as ações das guerrilhas; o aumento das forças do Exército com o recrutamento de "soldados camponeses"; a criação de um programa de atenção humanitária aos desmobilizados; etc. Além disso, o presidente Uribe decretou o Estado de Comoção Interior, em 2002, que permitiu ao governo elevar impostos para aumentar o efetivo das Forças Armadas e policiais, autorizar prisões sem ordens judiciais e instituir a possibilidade de

detenção de pessoas com base em suspeitas de intenções de cometer delitos.

Em conjunto, para enfrentar os grupos armados ilegais, a Política de Segurança Democrática exigiu um aumento do gasto público destinado à segurança e defesa, um aumento do efetivo da Força Pública, uma mudança na doutrina operacional e uma modificação progressiva do marco legal e institucional para garantir a ofensiva contra esses grupos (Coyuntura de Seguridad 23, 2008). Segundo José Fernando Isaza Delgado e Diógenes Campos Romero (2008), o gasto colombiano em defesa se tornou um dos mais altos do mundo em sua relação percentual com o PIB, consumindo 6,5 % do PIB em 2008. Nesse mesmo ano, 81,2% dos funcionários públicos estavam trabalhando nos setores de defesa, segurança e polícia (Delgado y Romero, 2008)[14]. Para muitos observadores de Direitos Humanos e estudiosos do conflito colombiano, a Política de Segurança Democrática foi reduzida aos aspectos militares e policiais, não contemplando as questões referentes ao desenvolvimento econômico e social, que são fundamentais para a resolução dos conflitos e para a consolidação de um Estado democrático. Críticas ao Estado, por envolver a população civil no conflito, por disseminar um clima de intolerância e perseguições na sociedade e por ferir os Direitos Humanos, foram frequentes nos mandatos de Álvaro Uribe.[15]

Em 2005, na iminência do prazo de encerramento do Plano Colômbia, a administração Bush procurou deixar claro que manteria a intervenção econômica e militar na Colômbia em nome da luta antiterror. Conforme as palavras da Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, em visita à Colômbia em maio de 2005: "O Plano Colômbia formal, de cinco anos, está chegando ao fim, mas nosso compromisso com a Colômbia não. A assistência militar, policial, judicial e econômica que estivemos dando fez com que a Colômbia estivesse a caminho de uma maior segurança, de cuidar do problema

das drogas e de lidar com o narcoterrorismo de maneira eficaz" (Folha de São Paulo, 10/7/2005).

Em reunião com Álvaro Uribe no seu rancho no Texas, em agosto do mesmo ano, o presidente Bush também reafirmou o mesmo compromisso: "Pedirei ao Congresso que mantenha o nosso compromisso para dar prosseguimento aos programas do Plano Colômbia, para que a Colômbia possa continuar com os seus progressos e vencer a sua guerra contra o narcoterrorismo. Nossa parceria estratégica é vital à segurança, à prosperidade e à liberdade de ambos os nossos países e das Américas" (Folha de São Paulo, 5/8/2005). No mesmo encontro, o governo colombiano fez questão de manifestar o seu alinhamento à política de segurança dos EUA, com as seguintes palavras de Álvaro Uribe: "O grande inimigo da democracia colombiana é o terrorismo" (Folha de São Paulo, 5/8/2005). E assim, com afinidades e interesses mútuos, o plano foi prorrogado por mais dois anos. Em abril de 2006, o governo de Álvaro Uribe ganhou mais um aporte de capital para a Política de Segurança Democrática com a aprovação do imposto de guerra, que incidiu aos contribuintes com patrimônios maiores de US$ 5.000 milhões.

No início de 2007, Álvaro Uribe, já no seu segundo mandato, apresentou a Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y Del Desarrollo Social (EFDDS) 2007-2013, também denominada de Plano Colômbia II (Departamento Nacional de Planeación, 2007). Entre os objetivos principais da EFDDS, cabe destacar: a luta contra o narcoterrorismo; o fortalecimento da justiça; a promoção dos Direitos Humanos; a abertura dos mercados; o desenvolvimento social integral; a atenção integral aos desmobilizados; a atenção integral ao desarme e a atenção integral à reinserção (Departamento Nacional de Planeación, 2007). Note-se que, apesar de continuar prevalecendo o aspecto militar, a atenção integral às questões sociais foi revigorada nas diretrizes da nova estratégia. Talvez se possa dizer que essa atenção às questões sociais decorra, por um lado, das críticas sofridas

pela Política de Segurança Democrática por não ter apresentado grande avanço nessa área, e, por outro, da necessidade de continuar atraindo recursos financeiros da cooperação internacional e da ajuda humanitária. Seja como for, o fato é que a perspectiva da internacionalização da situação interna colombiana foi mantida, até mesmo no calendário da nova proposta, que segue o tempo de duração do mandato presidencial da Casa Branca (2009-2013) e não dos mandatos colombianos (2006-2010; 2010-2014) (Rojas, 2007).

Conforme foi verificado, ao longo do seu primeiro mandato, Álvaro Uribe manteve uma relação privilegiada com a administração George W. Bush e a cúpula do Partido Republicano, tanto que a diplomacia personalista colombiana se deu ao luxo de desmontar a boa relação com o Partido Democrata, herdada da gestão Pastrana. No início do seu segundo governo, Uribe deixou clara a necessidade e a perspectiva de manter uma relação especial com os EUA, no sentido de garantir suas políticas internas. Porém, a vitória dos democratas nas eleições para o Congresso dos EUA, em novembro de 2006, trouxe alguns obstáculos às pretensões do governo colombiano. No primeiro semestre de 2007, o novo Congresso dos EUA, refletindo as conjunturas interna e externa, resolveu diminuir os recursos e reorientar as prioridades do Plano Colômbia. Com a alegação de que a Colômbia não dava mostras concretas de empenho sistemático ao combate dos paramilitares, bem como não havia solucionado os escândalos das relações entre membros do governo e os paramilitares, e, ainda, pouca atenção dava aos Direitos Humanos, o Congresso norte-americano renovou o Plano Colômbia para 2008, com redução da ajuda econômica e reorientação dos gastos. Houve uma redução de 10% da ajuda econômica, e os gastos foram reorientados de 76% do componente militar e 24% do componente social para 55% e 45% respectivamente (Policy Paper 30, 2008). Também se deve notar que houve incremento de recursos para investigações judiciais em relação aos paramilitares e redução de recursos para a fumigação aérea, ou

seja, reparo em temas que vários estudiosos do Plano Colômbia vinham apontando como equivocados há muito tempo.

Em 2008, o Congresso norte-americano liberou para o Plano Colômbia o montante de US$ 545 milhões para o ano de 2009, com a distribuição dos recursos nos mesmos moldes de 2008. E não surtiram efeito as pressões dos Republicanos para que fosse privilegiado novamente o componente militar no pacote de ajuda para o ano de 2009. Porém, no que diz respeito ao Plano Colômbia, o fato mais importante do ano de 2008 ocorreu em novembro, com a publicação do informe sobre o plano pelo Government Accountability Office (GAO), agência de controle das contas do governo norte-americano. O documento apontou que, entre os anos de 2000 e 2008, os EUA gastaram com o plano a quantia de US$ 6.130 bilhões, sendo US$ 4.859,5 bilhões na estratégia antidrogas e de segurança, US$ 1.031,8 milhão na promoção do desenvolvimento econômico e social, e US$ 238,7 milhões no fortalecimento do Estado de direito. Na estratégia de combate às drogas, o estudo demonstrou que, apesar de ter ocorrido uma redução de 50% na produção de ópio e heroína, os cultivos de coca atingiram uma área de 157.000 hectares em 2006, representando um aumento de 15% em relação ao ano de 2000. Os números não batem com os informes da ONU e nem com os do governo colombiano no mesmo período. No entanto, o que há de comum nesses relatórios é o reconhecimento de que não houve impacto no fluxo de cocaína aos EUA. Por fim, o documento destacou que a segurança interna do país melhorou, e recomendou que fosse necessário buscar uma estratégia de diminuição da ajuda, embora tenha admitido a existência de uma profunda dependência do governo colombiano em relação ao apoio norte-americano em todas as áreas.

Em conjunto, os recursos financeiros dos EUA para o Plano Colômbia começaram a cair a partir de 2008. Com os US$ 508, 715 milhões de 2010, e a proposta de US$ 464, 500 milhões para 2011, os

recursos financeiros recebidos pela Colômbia vão ficando um pouco distantes daqueles recebidos quando os Republicanos controlavam a Casa Branca. Essa queda é mais evidente nos recursos para os componentes militares, que incluem as Forças Armadas e os programas antidrogas. Em dez anos de Plano Colômbia, os EUA já gastaram US$ 7,3 bilhões.

2.2.3 - Resultados

De um modo geral, a Politica de Segurança Democrática, nos marcos do Plano Colômbia, fortaleceu o Estado colombiano, que conseguiu modificar a dinâmica do conflito a seu favor, debilitando os grupos armados ilegais (guerrilheiros e paramilitares), sem, no entanto, eliminá-los e por fim ao conflito.

No que diz respeito ao conflito com as FARC, a estratégia de Álvaro Uribe esteve calcada no confronto militar para exterminar ou forçar a rendição desse grupo. Havia uma convicção inicial de que, pelo seu histórico, as FARC só negociariam com seriedade numa situação de extrema debilidade militar. Já no seu primeiro governo, as forças militares de segurança lançaram uma dura ofensiva que expulsou as FARC de lugares estratégicos nos Departamentos de Cundinamarca e Antioquia, recuperando o controle de zonas próximas aos grandes centros urbanos, rodovias e infraestrutura. Entre 2003 e 2005, com as operações militares Liberdade I e II, desenvolvidas pelo governo colombiano, as FARC perderam presença nas grandes cidades de Barranquilla, Bogotá e Medellín. Tal fato significou não só um retrocesso para as pretensões de tomada do poder por esse grupo, como também a perda de fontes de financiamento, sobretudo as advindas de sequestro e extorsão (Coyuntura de Seguridad 23, 2008; Ávila, 2010).

Além disso, o governo Uribe recusou qualquer tipo de

negociação com os guerrilheiros, rejeitando, inclusive, a proposta das FARC de trocar sequestrados por guerrilheiros encarcerados, fato que contrariou os familiares dos prisioneiros e os grupos de Direitos Humanos, que eram a favor da troca humanitária. Como observou, entre outros estudiosos do assunto, Sandra Borda Guzmán (2007, p.71): "a estratégia militarista do governo colombiano debilitou as posições alternativas que preconizavam uma saída negociada para o conflito". Tal posição custou a vida de muitas pessoas, que acabaram sendo assassinadas pela guerrilha. Aliás, nesse particular, a "Guerra de Rehenes" movida pela guerrilha, que consiste na captura de civis para utilizá-los como mecanismo de pressão política, juntamente com o permanente assassinato de civis e outros crimes cometidos pelas FARC implicaram, entre outras questões, na perda dos derradeiros apoios políticos que esse grupo possuía na sociedade colombiana e no exterior, no reforço da caracterização de suas atividades como terroristas e no endurecimento da repressão governamental contra os movimentos sociais do campo da esquerda democrática.

Em maio de 2004, o governo Uribe lançou o Plano Patriota, que se constituiu na mais ambiciosa ofensiva militar do Estado colombiano contra os grupos guerrilheiros. O plano se concentrou nas regiões dos Departamentos de Caquetá, Guaviare, Meta e Putumayo, que historicamente serviram como centros de comando, treinamento e retaguarda das FARC. A ação militar envolveu cerca de 18 mil soldados, apoiados, armados, treinados e monitorados pelo Comando Sul das Forças Armadas dos EUA. Como desdobramento do Plano Patriota, o governo colombiano lançou ainda o Plano Vitória, em 2006, e o Plano Consolidação, em 2007, impondo duras derrotas aos grupos guerrilheiros[16].

A ofensiva militar do governo Uribe debilitou o poderio das FARC, reduzindo o número de guerrilheiros para cerca de 10.000, segundo analistas, ou entre 7.000 e 8.000, conforme o governo colombiano. Importante esclarecer que essa redução não está

relacionada apenas a eliminação de algumas Frentes e de guerrilheiros pelas Forças Públicas colombianas, mas também ao alto número de deserções e desmobilizações individuais e coletivas dos guerrilheiros. Nos últimos anos, as FARC também perderam vários integrantes do seu alto escalão. Entre 2007 e 2008, as Forças Públicas colombianas mataram "Negro Acácio, comandante da Frente 16 das FARC, Martín Caballero, comandante da Frente 37, e Raúl Reyes, porta-voz e número dois da estrutura de comando da guerrilha. Nesse mesmo período também morreram Manuel Marulanda ou Tirofijo, fundador e chefe máximo da guerrilha, de morte natural, e Iván Ríos, chefe do Bloque Central, assassinado por seu chefe de segurança. Outra derrota do grupo para as Forças Armadas colombianas foi o resgate militar de Ingrid Betancourt e outros 14 sequestrados, em julho de 2008, na "Operação Jaque", que deixou evidente a infiltração de militares colombianos nas estruturas de mando do Secretariado das FARC.

A perda de territórios, guerrilheiros e líderes impactou negativamente não só a entrada de recursos econômicos (queda dos sequestros e extorsões e menor controle sobre os cultivos coca e laboratórios de cocaína), como também as estruturas de comando e controle da guerrilha, algo que tem facilitado o acesso do governo aos movimentos do grupo. Um exemplo é o fato de que muitos desertores têm delatado as estratégias do grupo para os órgãos do governo. Empurradas para zonas de retaguarda em regiões afastadas dos centros urbanos, as FARC mudaram suas táticas de combate, reduzindo o confronto direto com as Forças Públicas e aumentando suas ações através de francoatiradores, armadilhas, campos minados e emboscadas. Além disso, o grupo passou a buscar o controle de zonas estratégicas para mobilidade, refúgio e acesso aos recursos econômicos do narcotráfico, armas e abastecimento. Essas zonas estão concentradas nos Departamentos de Cauca, Antioquia, Nariño, Valle del Cauca, Chocó e áreas fronteiriças com os países vizinhos (Castilla, 2008). Vale lembrar que, diante dessas dificuldades de acesso

aos recursos do narcotráfico, as FARC têm atuado de duas formas. Por um lado, estabelecendo alianças estratégicas com o ELN e os novos grupos paramilitares, em esquemas de coabitação tolerada, divisão territorial ou divisão do trabalho para a produção e o tráfico de drogas. E, de outro, nos Departamentos de Chocó, Valle del Cauca e Nariño, as FARC têm enfrentado abertamente esses grupos pelo controle dos cultivos de coca, territórios de mineração e corredores estratégicos de saída de drogas (Costa do Pacífico é responsável por 45% das drogas exportadas da Colômbia) (Informe sobre América latina 30, 2009; Ávila, 2010).

Em 2008, com a chegada de Alfonso Cano ao comando, como sucessor de Manuel Marulanda, as FARC iniciaram a sua reorganização lançando o Plano Renascer, que tem como objetivo central a retomada das ações militares para reconquistar territórios. Em 2009, combinando ações típicas de "guerra de guerrilhas" e ações de alto impacto, como atentados a instalações de energia e vias de comunicação, as FARC aumentaram suas operações em 27% em relação ao ano anterior, concentrando essas ações em grande parte nos Departamentos do sul, da zona do Pacífico e dos Llanos Orientales (Guaviare, Caquetá, Nariño, Cauca, sul de Chocó, Arauca e Norte de Santander) (Unidad de análisis, 2009; Ávila, 2010). Tal fato foi interpretado por vários analistas como um sinal de adaptação ou reacomodação da guerrilha às ofensivas do governo colombiano. Lembre-se que, historicamente, esse grupo tem demonstrado coesão interna e uma grande capacidade de se adaptar às circunstâncias adversas.

Em 2010, já no governo de Juan Manuel Santos, as Forças Públicas impuseram duas grandes derrotas às FARC. A primeira, em 20 de setembro, numa grande ofensiva em Putumayo, fronteira com o Equador, a Frente 48 das FARC foi cercada e sofreu 22 baixas. A segunda, em 24 de setembro, La Macarena (Meta), sede do Bloque Oriental das FARC, região estratégica do grupo, mais de 20

guerrilheiros foram mortos, entre eles, Mono Jojoy, o número dois do comando das FARC. Porém, em outras regiões, as FARC conseguiram deter o avanço das Forças Públicas, e ainda aumentaram presença nos Departamentos de Cauca, Nariño e Arauca. Segundo Ariel Ávila (2010), como nos últimos três anos, cerca de 50% do total de ações das FARC foram com explosivos, predominando minas, com efeitos arrasadores sobre as Forças Públicas e a população civil. Essa constatação deixa evidente o elevado grau de degradação militar do conflito armado.

Em relação ao Exército de Libertação Nacional (ELN), que já se encontrava debilitado pelas ações dos paramilitares, o governo de Álvaro Uribe também lançou uma dura ofensiva militar. Um dos primeiros objetivos da Política de Segurança Democrática foi desmontar a rede de sequestro do ELN, que era a principal fonte de arrecadação do grupo e o grande temor da sociedade. Numa exitosa operação, o governo desmantelou a Frente Carlos Buitrago (Antioquia), considerada a principal organização de sequestro do país. Entre 2002 e 2008, os sequestros praticados pelo ELN passaram de 646 para 29 (Coyuntura de Seguridad 23, 2008). Em larga medida, isso explica o envolvimento recente de Frentes do ELN na cadeia do narcotráfico, como outra fonte de recursos. No mesmo período, o governo reduziu em 77% as ações ofensivas do grupo, que, em sua maior parte, sempre foram as sabotagens contra a infraestrutura econômica (Coyuntura de Seguridad 23, 2008).

Sem cessar-fogo, o governo também abriu um ciclo de negociações com o ELN no exterior, iniciando um processo de paz a partir de 2005. Os diálogos, realizados em Medellín e Cuba, foram acompanhados por representantes dos governos da Espanha, Noruega e Suíça. Porém, em novembro de 2007, depois de oito rodadas formais de negociação, o processo malogrou. Entre as causas do fracasso, pode-se destacar: a falta de confiança entre os atores, sobretudo na questão do cessar-fogo; a ausência de consenso sobre as origens e soluções para o conflito colombiano, com a guerrilha

insistindo na temática das causas estruturais socioeconômicas e o governo preconizando o discurso da ameaça terrorista; a recusa do ELN em renunciar suas atividades de sequestro como fonte de financiamento; e as divergências em torno das garantias judiciais para os líderes do ELN (Policy Briefing 16, 2007; Ávila y Celis, 2008).

Desde o final da década de 1990, quando foi duramente golpeado pelos paramilitares em ricas regiões do país, a capacidade militar do ELN vem sendo reduzida. Com as ações militares da Política de Segurança Democrática, o ELN continuou perdendo combatentes, sofrendo deserções e diminuindo seus recursos econômicos provenientes de sequestros. Além disso, o combate das Forças Públicas praticado contra as FARC obrigou esse grupo a se deslocar para outras regiões, como a costa do Pacífico, território de atuação do ELN. Em conjunto, essas ações levaram várias Frentes do ELN à extração de recursos da cadeia do narcotráfico, tendo que, em muitas regiões disputar ou dividir o acesso a esses recursos com as FARC e os novos paramilitares. Assim, em situações que são momentâneas e conjunturais, o ELN partilha ou disputa com as FARC os acessos a territórios e recursos em regiões como a Costa do Pacífico e os Departamentos fronteiriços com a Venezuela, e em outras regiões, como Cauca e Nariño, repetem o procedimento com os novos paramilitares. Reduzido de 7.000 membros para 2.500 durante o governo de Álvaro Uribe, o ELN ainda mantém sua estrutura de comando intacta, e conseguindo desenvolver ações militares em regiões que consegue extrair recursos da cadeia produtiva das drogas.

Embora não tenha derrotado completamente as guerrilhas e nem desmontado a indústria da droga, o governo conseguiu impor duros reveses aos guerrilheiros, diminuindo significativamente seu número de membros, suas atividades armadas, sua presença territorial, suas ações de sequestro e sua capacidade de extrair recursos da indústria da cocaína. Nessa questão da relação das guerrilhas com as atividades do narcotráfico, talvez se possa dizer que

os resultados dessa política de Uribe condizem com a tese de Mark Peceny e Michael Durnan (2006) sobre a aplicação da política antidrogas dos EUA em situações de conflito armados internos. Segundo esses autores, essa política, em geral, não tem grande efeito sobre a indústria da droga, porém, tem a capacidade de tirar o equilíbrio de forças entre os grupos combatentes no sentido de extrair recursos da indústria da droga, na medida em que resolvem punir, com a não participação nos negócios da droga, um dos lados. Assim, o tratamento diferenciado dados aos grupos armados ilegais no conflito colombiano tornou as FARC alvo de guerra, enquanto o tratamento mais ameno conferido às Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) facilitou a manutenção desse grupo nos negócios da droga, embora não fosse bem isto que estivesse previsto pelos EUA. Nessa discussão, também vale a pena constatar que o enfraquecimento das guerrilhas não significou grandes alterações na produção e no fluxo das drogas aos EUA, deixando evidente que a questão do narcotráfico no país envolve outros fatores. A importância imprescindível que os recursos do narcotráfico têm para a sobrevivência das guerrilhas, não é a mesma que as guerrilhas têm para a sobrevivência dos negócios do narcotráfico.

Se a posição do governo Uribe em relação às guerrilhas foi o confronto, o mesmo não ocorreu no tratamento dado aos paramilitares, no qual, com o aval dos EUA, optou-se pela negociação política de desmobilização das 37 Frentes armadas que compunham as AUC. Desde o início do governo houve uma série de negociações com as AUC, que culminaram no Acordo de Santa Fé de Ralito, em julho de 2003, no qual ficou estabelecido que as milícias deveriam promover um imediato cessar-fogo e o desarmamento até o fim de 2005. Em troca o governo ofereceu aos paramilitares garantias de incorporação à vida civil e política, abrindo, inclusive, a possibilidade de atenuar e anistiar as punições sobre os crimes contra a humanidade promovidos por esses grupos. Os resultados desse acordo foram

pouco significativos, com os paramilitares se recusando a cumprir temas como a extradição aos EUA, a devolução de fortunas adquiridas ilegalmente e o julgamento de seus delitos em tribunais (Kurtenbach, 2005). Isso levou o governo a estabelecer um novo pacto com as AUC, firmado em maio de 2004, no qual foi criada uma zona de reabilitação para os paramilitares em Tierralta, Córdoba. E o Congresso aprovou, em julho de 2005, a Lei de Justiça e Paz, que estabelecia, entre outros termos, um regime de penas mais brandas (pena máxima de oito anos de prisão), a aplicação da extradição aos EUA somente em caso de ruptura das negociações e a não obrigatoriedade da confissão plena e verdadeira, inclusive para os delitos relacionados ao tráfico de drogas, para obter os benefícios (Caicedo, 2006).

Dados oficiais indicam que, até o final de 2006, quando foi celebrada a última desmobilização das AUC no país, o governo Uribe conseguiu desmobilizar 31.651 paramilitares, ficando de fora apenas a Frente Cacique Pipintá, que era parte do Bloque Central Bolívar. Durante esse processo foram entregues 18.051 armas, o que para os analistas é um número baixo. Para vários membros de organizações humanitárias internacionais e alguns estudiosos do assunto, o governo Uribe, com essas negociações, além de não penalizar como deveria os paramilitares e não ter uma política ampla de reparação para as vítimas das atrocidades promovidas por esses grupos, não combateu explicitamente, em algumas regiões, a histórica relação íntima de membros do governo e das Forças Armadas com os paramilitares para combater as guerrilhas[17]. Instituições como a Human Rights Watch, a Anistia Internacional e o Centro de Investigação e Educação Popular da Colômbia denunciaram, nos últimos anos, que muitos paramilitares fraudaram o processo de desmobilização e continuaram promovendo suas atividades com inúmeras violações dos Direitos Humanos. De acordo com Maria Victória Llorente (2009), da Fundación Ideas para la Paz, muitas estruturas paramilitares se desmobilizaram apenas parcialmente, como no caso do Bloque Central Bolívar (BCB), outras

ligadas ao narcotráfico não se desmobilizaram, como Cuchillo nos Llanos Orientales, enquanto paralelamente se fortaleceram exércitos privados a serviço do Cartel del Norte del Valle, como os Rastrojos. Há denúncias também de que o governo não combateu as atividades de narcotráfico desenvolvidas pelos paramilitares, sobretudo nos latifúndios de coca do norte do país.

Seja como for, apesar dos importantes avanços, o fato é que o processo de desmobilização dos paramilitares não foi pleno, deixando algumas questões fundamentais não equacionadas, tais como: a manutenção de poderes econômicos, políticos, militares e sociais das estruturas paramilitares em várias regiões; a não devolução dos quase cinco milhões de hectares de terras tomados pelos paramilitares de populações camponesas que tiveram que se deslocar; a pouca institucionalização das regiões deixadas pelos paramilitares desmobilizados; e a não desarticulação dos vínculos dos paramilitares com o narcotráfico. Nesse sentido, novas facções têm surgido e operado em torno de atividades como o tráfico de drogas, extorsões, despojo de terras, prostituição, segurança privada e assassinatos encomendados (de sindicalistas, jornalistas, defensores dos Direitos Humanos, lideranças sociais e vítimas das AUC que reclamam a restituição de suas terras) (Informe sobre América Latina 20, 2007; Coyuntura de Seguridad 20, 2008; Human Rights Watch, 2010).

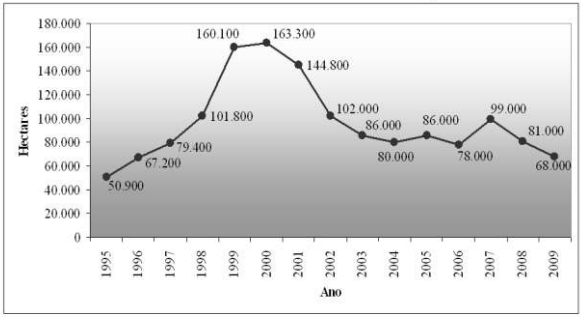
Essas facções, que a Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) tem denominado de "novos grupos armados ilegais", são compostas por paramilitares que não se desmobilizaram, paramilitares desmobilizados que regressaram as atividades ilícitas e delinquentes comuns. Segundo a Human Rights Watch (2010), até julho de 2009, esses "grupos sucessores" já tinham presença em 24 dos 32 Departamentos do país. Já o Observatório do Conflito Armado da Corporación Nuevo Arco Iris, em relatório sobre o biênio 2008-2009, aponta atividades de grupos "neoparamilitares" em 28 Departamentos, nas sub-regiões da Costa

Atlântica, Pacífico e Putumayo, Antioquia e Eje Cafetero, Santanderes, Llanos Orientales e Centro (Romero y Arias, 2010). Diferente das organizações não governamentais, dos organismos de Direitos Humanos e de acadêmicos, que qualificam o fenômeno como novos paramilitares, o governo colombiano tem insistido em qualificar esses grupos como "Bandas Criminais Emergentes (BANCRIM)", identificando oito grupos principais: los Rastrojos, los Machos, Nueva Generación, el Grupo Magdalena Medio, Renacer, los Paisas e Ejército Revolucionário Popular Antiterrorista Colombiano. A Human Rights Watch (2010) acrescenta o grupo Águilas Negras, composto por diversas facções, que operam como as antigas Frentes das AUC.

Todos esses grupos estão estruturados em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico e de outras atividades econômicas criminosas. A diferença em relação aos paramilitares das AUC, já desmobilizados, está no fato de que esses grupos não possuem um comando unificado nacional e não têm um projeto político estabelecido. Além disso, tais grupos não apresentam uma dinâmica contrainsurgente, fazendo, inclusive, em algumas regiões do país, pactos e alianças com grupos guerrilheiros no sentido de preservar os seus ganhos ligados ao narcotráfico. Aliás, nessa questão, quando praticam uma operação contrainsurgente, como tem feito a Organización Nueva Generación (ONG), na região de Nariño, fazem buscando controlar território e populações para dominarem o negócio do narcotráfico (Informe sobre América Latina 20, 2007; Coyuntura de Seguridad 20, 2008; Ávila y Gantiva, 2008; Vidal y Ortiz, 2008). Sob alguns aspectos, como apontam Soledad Granada, Jorge A. Restrepo, Andrés R. Vargas (2009), o contexto de surgimento dessas organizações criminosas pode ser comparado com os casos de El Salvador e Guatemala, países que, após incompletos programas de desarme, desmobilização e reinserção, passaram a vivenciar uma tremenda expansão dos índices de violência e criminalidade urbana, promovida pelo aparecimento de grupos criminosos pós-conflito denominados de "Las Maras".

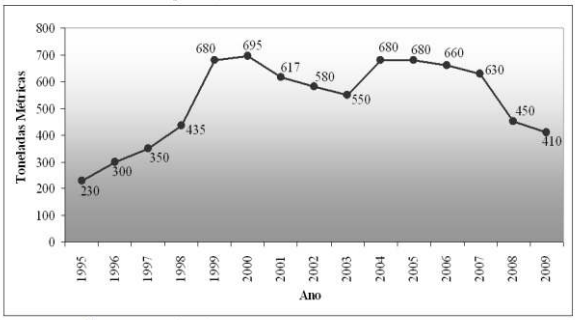
No que se refere ao combate às drogas, dados do Relatório Mundial sobre Drogas (2010), publicado pela Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), indicam uma redução de 58% da superfície dedicada ao cultivo de coca na Colômbia no período 2000-2009. Assim, os plantios de coca teriam passado de 163.300 hectares, em 2000, para 68.000 hectares, em 2009. No ano de 2009, a erradicação manual forçada dos cultivos de coca atingiu 60.544 hectares, e a fumigação aérea alcançou 104.771 hectares. Nesse mesmo ano, a Colômbia cultivou aproximadamente 43% da produção mundial. O potencial de produção de cocaína também caiu, passando de 695 toneladas métricas, em 2000, para 410 toneladas métricas, em 2009. A apreensão de cocaína alcançou 200 toneladas métricas em 2009. Esses dados não tiraram a Colômbia da condição de maior plantador de coca e produtor de cocaína do mundo, embora, segundo as tendências recentes, o Peru deva assumir, nos próximos anos, a liderança nesses quesitos, seguindo o conhecido roteiro do "efeito balão" na região andina. A transferência de locais de plantios de coca entre os países andinos é uma marca das ações do narcotráfico diante do endurecimento das políticas de combate às drogas financiadas pelos EUA. Isso faz com que a produção diminua num país e cresça no outro, que não recebe os mesmos recursos. Assim, a produção total de cocaína permanece quase intacta. Note-se que, com as novas técnicas de seleção de plantas e de procedimentos laboratoriais, os narcotraficantes têm conseguido manter a alta produtividade de cocaína, mesmo com a diminuição dos plantios. Há ainda uma outra referência ao narcotráfico colombiano que está ligada a sua dinâmica interna. Pulverizado em vários agentes, o narcotráfico colombiano tem perdido espaço nos EUA para os grandes cartéis mexicanos, fato que

Gráfico 3 - **Colômbia: cultivos de coca em hectares, 1995-2009**



Fonte: World Drug Report (2010).

Gráfico 4 - **Colômbia: produção de cocaína em toneladas métricas, 1995-2009**



Fonte: World Drug Report (2010).

tem levado os narcotraficantes colombianos a conferirem grande atenção ao mercado interno, aumentando a violência no país.

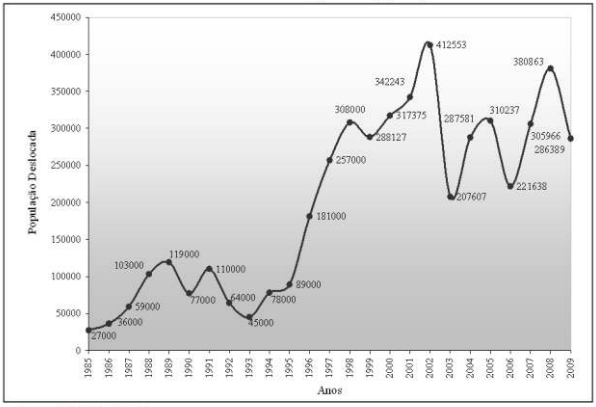
Os gráficos 3 e 4 apresentam um panorama dos plantios de coca e produção de cocaína na Colômbia nas últimas décadas.

De acordo com Mauricio Romero e Angélica Arias (2010), após dez anos de Plano Colômbia, há uma nova geografia do narcotráfico no país, marcada pelos seguintes fatos: uma diminuição dos cultivos de coca, principalmente em áreas de antigo domínio das FARC; uma concentração dos cultivos em quatro zonas, as tradicionais do Norte, Sul e Oriente e a nova, e que mais cresceu nos últimos anos, do Pacífico (Cauca, Valle e Choco); a presença, cada vez maior, de grupos ilegais armados nessas zonas, principalmente os reorganizados após a

desmobilização das AUC; e o aparecimento de duas novas redes com vocação de cartel, a do Oriente e a dos Confederados.

No caso dos deslocamentos forçados de população, tema fundamental do conflito, a "Política de Segurança Democrática" apresentou poucos resultados positivos diante das crises humanitárias e de Direitos Humanos produzidas por esse fenômeno. Desde o início do conflito, populações civis são obrigadas a se deslocarem diante das agressões de grupos armados ilegais e, em muitos casos, de representantes do Estado que, por ação, omissão, incapacidade ou cumplicidade, não garantem os direitos fundamentais a vida, liberdade e propriedade, como estabelece a Constituição do país (Codhes, 2010). Em 25 anos de conflito, 4.915.579 pessoas foram deslocadas (maior parte de camponeses afrodescendentes e indígenas), sendo que, entre 2002 e 2009, durante a "Política de Segurança Democrática, foram deslocadas 2.412.834, 49% do total (Codhes, 2010). Nos últimos doze anos, houve um despojo de 5,5 milhões de hectares de terras, sendo que, a despeito do desenvolvimento de políticas públicas de prevenção, proteção, assistência econômica e social e do funcionamento da Comissão

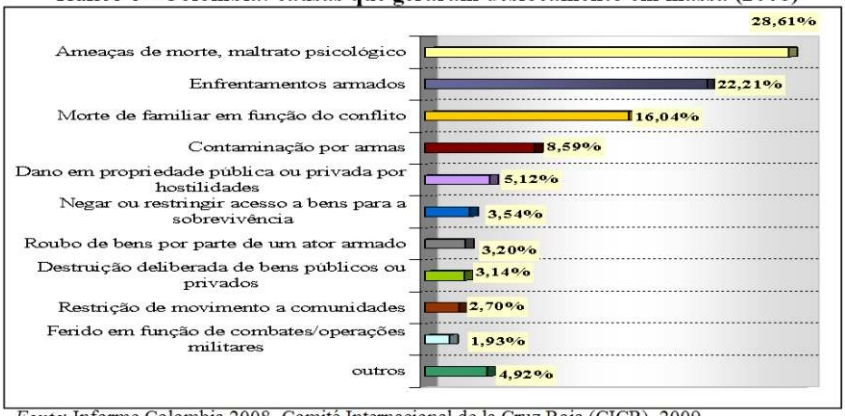
Gráfico 5 - **Colômbia: deslocamento forçado de população entre 1985-2009**



Fonte: CODHES (2010).

Nacional de Reparação e Reconciliação (CNRR), o Estado tem se mostrado incapaz de garantir a plena restituição desses bens às vítimas, conforme prevê a Lei de Justiça e Paz. O gráfico 5 apresenta um panorama do deslocamento forçado de população colombiana nas últimas décadas.

Gráfico 6 - **Colômbia: causas que geraram deslocamento em massa (2008)**



Fonte: Informe Colombia 2008. Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), 2009.

O gráfico 6 apresenta as causas que geraram deslocamentos em massa de população em 2008. Entre as principais causas que motivaram os deslocamentos massivos aparecem as ameaças de morte/maltrato psicológico, enfrentamentos armados, morte de um familiar em função do conflito e contaminação por armas.

No quadro político interno colombiano, a "Política de Segurança Democrática", nos marcos do Plano Colômbia, resultou em grande popularidade ao governo Uribe, sobretudo nos setores urbanos. Tanto que a reeleição de Uribe, em 2006, e a vitória do seu candidato Juan Manuel Santos, em 2010, podem ser creditadas, em grande parte, a "Política de Segurança Democrática", que garantiu a vinda de investimentos externos, fortaleceu as instituições do Estado, melhorou as condições de segurança nos principais centros urbanos

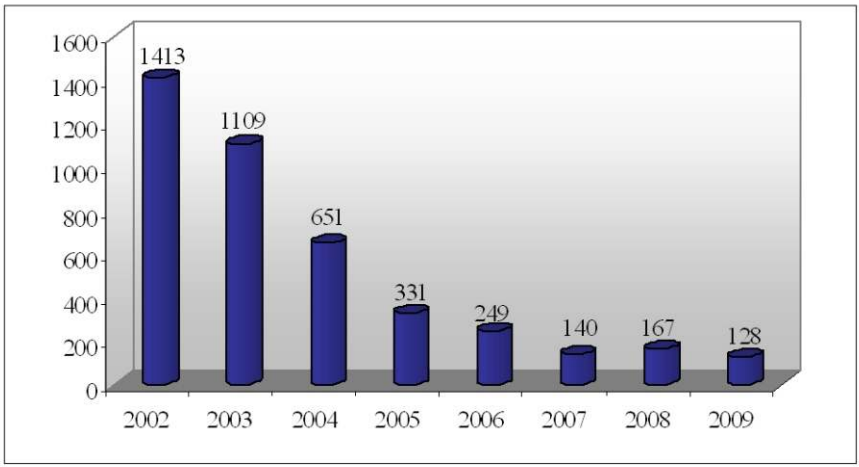
do país, e aumentou o grau de confiança da população no Estado. Tudo isso, a despeito de graves violações constitucionais e de Direitos Humanos e dos abusos de poder, como, por exemplo, nos episódios dos "falsos positivos" e da agência de inteligência (DAS). O episódio dos "falsos positivos" decorreu de um sistema de premiação conferido aos militares de acordo com o número de baixas nas guerrilhas. Ocorre que militares apresentaram civis inocentes, na maior parte agricultores pobres, como baixas de guerrilheiros em combate. Segundo o Centro de Investigação e Educação Popular (CINEP), em relatório de abril de 2010, entre 2001 e 2009 foi registrado um total de 1013 vítimas como "falsos positivos". No caso da DAS, essa agência de inteligência do governo foi acusada de grampear telefones de instituições internacionais, juízes, jornalistas e opositores do governo. Esses casos apontam para a presença de aparelhos clandestinos de poder no interior do Estado (Granada, Restrepo e Vargas, 2009).

Gráfico 7 - **Colômbia: ações violentas dos grupos armados entre 2002 e 2009**



Fonte: Fundación Seguridad y Democracia (2009).

Gráfico 8 - **Colômbia: sequestros extorsivos entre 2002 e 2009**



Fonte: Fundación Seguridad y Democracia (2009).

Os gráficos 7 e 8 evidenciam que a Política de Segurança Democrática conseguiu modificar a dinâmica do conflito a favor do governo, diminuindo sensivelmente as ações dos grupos armados ilegais.

Por fim, no que se refere aos desdobramentos diplomáticos do Plano Colômbia, a internacionalização do conflito armado trouxe uma alta dependência do governo colombiano em relação aos EUA em praticamente todos os principais temas do país, tais como o próprio conflito armado, o narcotráfico, o desenvolvimento, o papel do Estado, a democracia etc (Rojas, 2009). Além disso, os termos desse alinhamento trouxeram muitas desconfianças, desentendimentos e atritos nas relações com alguns países andinos, conforme verificaremos a seguir.

Capítulo 3
O CONFLITO COLOMBIANO E OS TRANSBORDAMENTOS FRONTEIRIÇOS

3 - O CONFLITO COLOMBIANO E OS TRANSBORDAMENTOS FRONTEIRIÇOS

Quando se analisa a evolução do conflito colombiano, logo ficam evidentes seus efeitos, em graus diferenciados, nos países vizinhos, sobretudo nas áreas fronteiriças da sub-região andina. Contando com uma paisagem diversificada - marcada por uma grande selva tropical, regiões montanhosas, espaços desérticos e inúmeros rios navegáveis, onde as condições básicas de vida da maior parte da população são precárias, a integração com a capital é pequena e a presença do Estado é escassa - as zonas fronteiriças colombianas vivenciam, de forma intensa, as principais manifestações do conflito do país. Ao longo dessas fronteiras porosas encontram-se atividades como: cultivos ilícitos de coca; processamento e tráfico de drogas; disputas territoriais entre grupos ilegais armados; embates entre militares e guerrilheiros; tráficos de armas, pessoas e insumos químicos; contrabando de gasolina; etc. Além disso, essas regiões convivem com fumigações de produtos químicos e deslocamentos forçados de populações. Todo esse quadro tem repercussões nos países vizinhos, principalmente nos da sub-região andina.

Em larga medida, as ações do Plano Colômbia não somente transformaram as fronteiras colombianas num palco central do conflito armado e sua relação com o narcotráfico, como também alteraram as dinâmicas e percepções dos países vizinhos frente ao conflito. Em outros termos, pode-se dizer que, com o Plano Colômbia, os referidos problemas transbordaram, em várias dimensões, para alguns vizinhos, gerando controvérsias em torno da estratégia de internacionalização da resolução do conflito, nos moldes da guerra ao narcoterrorismo, como querem Colômbia e EUA. Nesse sentido, a sub-região andina passou a conviver com muitas tensões diplomáticas e escassos compromissos em assuntos de segurança e defesa, principalmente entre Colômbia, Equador e Venezuela. Tal fato decorre

de distintas percepções acerca do conflito colombiano, que refletem divergências em relação às prioridades e enfoques das agendas de segurança e à presença das políticas de segurança dos EUA na região. A predominância de diplomacias personalizadas e ideologizadas, o débil nível de conhecimento mútuo e as singulares dinâmicas econômicas, sociais e culturais das fronteiras tornam ainda mais complexas as relações entre os países da sub-região.

A seguir serão analisados os impactos do conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico na sub-região andina. A análise também envolverá Brasil e Panamá, países fronteiriços com a Colômbia que, por várias razões, tem uma relação com o conflito colombiano que não ocorre na mesma proporção da sub-região andina.

3.1 - O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Equador

Colômbia e Equador possuem uma fronteira terrestre de 586 km, envolvendo os Departamentos colombianos de Nariño e Putumayo e as Províncias equatorianas de Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos. Essa região fronteiriça compreende áreas diversas, como as do Pacífico, da Amazônia e dos Andes. Em larga medida, seja qual for a área, vale constatar que há uma história em comum entre os habitantes dessa fronteira. Isso pode ser evidenciado em fatos como: a descendência dos mesmos povos ancestrais, como na descendência dos Pastos na área andina; os laços sociais e culturais, como nas comunidades afrodescendentes do Pacífico; e as ligações familiares na área amazônica, decorrentes do estabelecimento de comunidades indígenas e de processos migratórios oriundos de atividades econômicas como a extração do caucho, petróleo e coca (Informe sobre América Latina 9, 2004; Lauret, 2009). Ao longo do tempo, essas relações fronteiriças se traduziram num intenso intercâmbio

econômico, cultural, populacional e familiar, que tem passado incólume aos períodos de animosidades entre seus governos[18].

Quando se observa a zona fronteiriça numa perspectiva comparativa, verifica-se que a área andina é a mais povoada e, apesar de possuir alto nível de pobreza, conta com maior atividade comercial, infraestrutura e presença institucional. Enquanto as áreas da Amazônia e do Pacífico compartilham problemas como elevados índices de pobreza, débil presença estatal, serviços públicos deficitários, comércio informal, infraestrutura precária (com exceção das áreas petrolíferas em Sucumbios, Equador) e ciclos de crescimento econômico que não se sustentam (Informe sobre América Latina 9, 2004; Lauret, 2009). Desde o nascimento da Comunidade Andina de Nações, em 1969, os governos dos dois países discutem a necessidade de um plano de desenvolvimento econômico e social para a zona fronteiriça. Porém, fatores econômicos, políticos e de segurança vêm impedindo grandes avanços nesse sentido, como tem ocorrido com a Zona de Integração Fronteiriça (ZIF), por exemplo[19].

De forma emblemática, desde a década de 1990, essa zona fronteiriça tem convivido com deslocamentos forçados de populações, grande número de refugiados, violações dos Direitos Humanos, fumigações aéreas de herbicidas químicos, delinquência, assassinatos, sequestros, extorsões e impunidade, decorrentes da confluência entre as atividades de narcotraficantes, paramilitares e guerrilheiros, que operam acima das divisões territoriais oficiais. Também contribui para parte desse quadro, as ações governamentais colombianas relacionadas ao Plano Colômbia.

No lado colombiano da fronteira, com a desarticulação dos poderosos cartéis de Cali e Medellín, no início da década de 1990, os Departamentos de Nariño e Putumayo aumentaram sua importância estratégica para a cadeia empresarial do narcotráfico e as atividades armadas ilegais das FARC, ELN e AUC. Desde esse momento, a indústria da droga pulverizou-se em inúmeras empresas que passaram

a coordenar suas atividades em territórios, como os de Nariño e Putumayo, com débil presença estatal, isolamento geográfico, miséria socioeconômica, condições climáticas favoráveis e proximidade com os corredores de exportação de drogas e importação de insumos químicos e armas (Informe sobre América Latina 9, 2004; Lauret, 2009). Esse quadro de atomização do narcotráfico na Colômbia contribuiu também para que os grupos armados ilegais desse país pudessem mergulhar de forma definitiva nos negócios da droga, principalmente nessas regiões fronteiriças. Além disso, os grupos guerrilheiros passaram a utilizar a região como ponto de refúgio, descanso e recomposição de tropas. Note-se que esses Departamentos colombianos já conviviam com a presença de vários grupos guerrilheiros desde a década de 1970, e, atualmente, operam na fronteira duas frentes do ELN e três das FARC. Os novos grupos paramilitares também continuam atuando na fronteira, como Águilas Negras, Nueva Generación, Rastrojos, Machos etc (Laverde y Góngora, 2009).

Convém ainda esclarecer que, desde o início da década de 1980, as zonas médias e baixas do Departamento de Putumayo, fronteiras com o Equador, já presenciavam o cultivo de coca. Tal fato decorreu, por um lado, pela maior rentabilidade dos cultivos de coca em relação aos cultivos tradicionais de batata, milho, mandioca, arroz e banana, e, de outro, pelas fumigações aéreas com glifosato nos Departamentos de Guaviare e Caquetá, que ocasionaram uma migração dos cultivos para o sul do país, facilitada pelas ações criminosas de narcotraficantes e paramilitares numa região de escassa presença estatal (Urigüen, 2005). Vale lembrar que esse Departamento, além dos altos índices de pobreza e baixa presença estatal, tem uma história marcada por vários ciclos migratórios relacionados à exploração de recursos naturais e aos efeitos das disputas por terras e ondas de violência em outras partes do país. Como é comum nos dois lados da fronteira, o Departamento também já recebeu fluxos migratórios do país vizinho, como na década

de 1990, quando, devido à enorme demanda de mão de obra para o cultivo e processamento da coca, Putumayo recebeu uma massa de camponeses equatorianos que não havia sido integrada à economia petroleira da Província fronteiriça de Sucumbíos (Espinosa, 2009). Já o Departamento de Nariño é há alguns anos o maior cultivador de coca de toda a Colômbia, com 16.428 hectares, em 2009, representando 24% do total de cultivos no país (Unodc, 2010).

No lado equatoriano, as Províncias de Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos também constituem áreas estratégicas para o narcotráfico e os grupos armados colombianos. Embora o Equador não tenha cultivos de coca significativos e não produza drogas, a cadeia empresarial do narcotráfico, com crescente presença dos cartéis mexicanos, utiliza a fronteira do país com a Colômbia como ponto de escoamento da cocaína colombiana (estima-se que 40% da cocaína colombiana saia pelo Equador), tráfico de armas e de insumos químicos (como o de gasolina branca, proveniente da província petroleira de Sucumbíos) e área de refúgio e de descanso para os narcotraficantes. A pasta da cocaína passa pelo equador por duas rotas: uma que vem do norte do Peru via Equador até os laboratórios no sul da Colômbia, e outra proveniente do Departamento de Putumayo com destino a Nariño passando pelas Províncias de Sucumbios e Carchi (Córdoba, 2006). Além disso, com um sistema financeiro pouco vigiado e com a economia dolarizada, o país tem sido utilizado pelo narcotráfico para a lavagem de dinheiro (Vásquez, 2005). Aliás, nessa questão, vários analistas apontam indícios de que essa lavagem de dinheiro tem contaminado não somente o setor financeiro equatoriano como as instituições políticas e civis do país. No que se refere aos grupos armados ilegais colombianos, o território fronteiriço equatoriano tem sido violado por ações criminais de grupos paramilitares, assim como tem sido utilizado pelas FARC e o ELN para recepção de armamentos, tráfico de drogas e como lugar de descanso, refúgio, assistência médica, reabastecimento das tropas e contatos

com o exterior (Román, 2005; Vargas, 2006). O governo colombiano denuncia que as guerrilhas também utilizam o território equatoriano para preparar ataques às forças públicas colombianas, como ocorreu no ataque das FARC, em junho de 2005, a base militar colombiana de Teteyé, Putumayo. A maior presença desses grupos em território equatoriano, especialmente das FARC, deve-se ao deslocamento do conflito colombiano para a região sul da Colômbia, onde tem se concentrado a maior parte das ações do Plano Colômbia.

Com esse breve panorama da fronteira Colômbia-Equador, fica evidente que o conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico repercutem em território equatoriano. Como consequência, na década de 2000, mais precisamente com os desdobramentos do Plano Colômbia, a região se transformou no local de origem de diversas crises político-diplomáticas entre os governos dos dois países, que passaram a divergir sobre as visões e as estratégias em relação ao conflito colombiano e ao narcotráfico. Nesse sentido, no que se relaciona aos temas de segurança e defesa, as relações entre Colômbia e Equador, que historicamente se desenvolveram em parâmetros de amizade e cooperação, têm passado por sucessivas crises que, entre outros desdobramentos recentes, levaram a ruptura das relações diplomáticas entre os países em 2008. Cabe lembrar que, na década de 1990, esses países criaram uma instância político-militar, a Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON), com objetivo de consolidar uma relação de confiança em torno da agenda de segurança e defesa na fronteira. Nessa mesma perspectiva de cooperação, em 2000, o Equador se dispôs a receber recursos do Plano Colômbia e firmou com os EUA um convênio de concessão da Base de Manta, na sua costa do pacífico, para operações antidrogas.

A partir de 2002, nos marcos do Plano Colômbia, o governo colombiano lançou uma dura ofensiva militar contra o crime organizado e os grupos armados ilegais no Departamento de Putumayo. Essa ação foi acompanhada de uma grande operação de

fumigação aérea de herbicidas químicos, principalmente glifosato, sobre os cultivos ilícitos de coca em Putumayo e Nariño. Em 2004, o governo colombiano lançou o Plano Patriota, que consistiu numa gigantesca campanha militar, nos Departamentos de Caquetá, Guaviare e Meta, com objetivo de recuperar plenamente o controle territorial do sul país e destruir a retaguarda estratégica das FARC na região. Como extensões militarizadas do Plano Colômbia também foram lançados o Plano Vitória, em 2006, e o Plano Consolidação, em 2007.

Em conjunto, esses planos aumentaram a repercussão do conflito colombiano no território do Equador, na medida em que esse país passou a conviver com um número cada vez maior de invasões de grupos ilegais armados, de incursões do exército colombiano, de violações do seu espaço aéreo, de efeitos ambientais e sociais das fumigações químicas aéreas e de populações colombianas refugiadas e indocumentadas[20]. Tudo isso gerou um grande rechaço das autoridades equatorianas às visões e estratégias colombianas e norte-americanas em relação às questões de segurança. Apesar de reforçar militarmente a fronteira, capturar guerrilheiros invasores, combater o tráfico de drogas, receber refugiados colombianos e lançar planos de desenvolvimento econômico e social para as províncias fronteiriças (Unidad de Desarrollo de La Frontera Norte (UDENOR) e Plano Equador). O governo equatoriano, principalmente com Rafael Correa (2007-), tem procurado se manter distante do conflito colombiano. Apoiado no princípio da não ingerência, por entender que o conflito é um problema colombiano e não de segurança regional, o Equador tem se recusado a adotar a mesma estratégia de segurança dos colombianos. Nessa perspectiva, o país não confere às guerrilhas o status de terroristas, como querem os governos da Colômbia e dos EUA. Além disso, o governo equatoriano alega ser vítima do conflito colombiano, que traz um alto custo ao país, que não conta com os mesmos recursos econômicos e militares disponíveis aos colombianos

(Garbiras, 2008). Essa posição equatoriana gerou duras críticas da administração colombiana de Álvaro Uribe, que sempre considerou seu conflito armado um tema de segurança regional. Nessa perspectiva, a administração Uribe fez várias acusações de que o governo do Equador facilitava as atividades das FARC e do narcotráfico (Farah y Simpson, 2010).

As discordâncias e tensões entre os dois países aumentaram após o 1 de março de 2008, quando o governo colombiano bombardeou um acampamento das FARC dentro do território equatoriano (Angostura), sem o conhecimento e o aval do governo equatoriano. Essa operação militar matou Raúl Reyes, alto comandante das FARC e mais 22 pessoas. O governo colombiano alegou que agiu de acordo com as teses da segurança preventiva, da legítima defesa e da corresponsabilidade internacional contra atores terroristas que utilizavam o território equatoriano para atacar a Colômbia. Destacado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo grupo do Rio como uma violação da soberania do Equador, esse episódio levou o governo equatoriano ao rompimento das relações diplomáticas com a Colômbia. Desde então, Quito exige de Bogotá o cumprimento de cinco requisitos para o pleno restabelecimento dessas relações: 1) Colômbia deve abandonar sua campanha de vincular o Equador e suas autoridades com as Farc; 2) deve aumentar a presença de força pública na fronteira; 3) deve facilitar a informação requerida sobre a incursão de 1 de março; 4) entregar as informações sobre os computadores encontrados em Angostura; 5) deve realizar uma contribuição a ACNUR para a assistência aos milhares de refugiados colombianos em território equatoriano[21].

Essas exigências não impediram o Equador de restabelecer com a Colômbia, em outubro de 2009, a Comissão Binacional de Fronteira (COMBIFRON), para intercâmbio de informações em segurança e defesa. Note-se que, depois do ataque colombiano, o governo equatoriano incrementou os gastos militares, modernizou os sistemas

de defesa do país, e transformou a fronteira com a Colômbia no núcleo central de sua política de segurança e defesa. O efetivo militar equatoriano nas fronteiras com a Colômbia passou de 500 para 5.000 homens. Em 2010, Colômbia e Equador criaram uma comissão para tratar do restabelecimento de suas relações diplomáticas.

3.2 - O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Venezuela

A fronteira com a Venezuela é a mais extensa e povoada das cinco fronteiras terrestres que a Colômbia possui. Ocupando uma área de 2.219 Km, a fronteira envolve numa parte, a vizinhança dos Departamentos colombianos de Guajira, Cesar, Norte de Santander e Arauca com os Estados venezuelanos de Zulia, Táchira e Apure, e noutra parte, a vizinhança dos Departamentos colombianos de Vichada e Guainía com o Estado venezuelano do Amazonas. Ao longo da história, a despeito de divergências e crises político-diplomáticas entre os governos centrais, essa imensa fronteira foi marcada por intenso intercâmbio econômico, comercial, social e cultural[22]. Essa fronteira também foi responsável por estimular as relações bilaterais em assuntos como integração regional, desenvolvimento fronteiriço (como o COPIAF - Comisión Presidencial de Integración y Asuntos Fronterizos Colombo-Venezolanos), segurança fronteiriça (como o COMBIFROM – Comisión Binacional Fronteriza), migração ilegal, combate ao narcotráfico e outros.

A região de Guajira-Zulia, de grande população indígena (Wayú) e de intercâmbio ativo, ainda guarda disputas limítrofes entre os dois países em águas marinhas e submarinhas do Golfo de Maracaibo e Ilhas Monjes. A área de Cesar e Serranía del Perijá-Zulia/Maracaibo apresenta inatividade decorrente da ausência de infraestrutura e das dificuldades climáticas e geográficas. Essa área tem sido utilizada estrategicamente pelas FARC e o ELN, que combatem na parte

colombiana e se refugiam no lado venezuelano. A fronteira também registra presença de grupos paramilitares. A vizinhança Norte de Santander-Táchira é o espaço mais dinâmico da fronteira, muitas vezes considerado um terceiro país. Com uma população de quase 3.000.000 de habitantes, concentrando 85% no entorno urbano, essa fronteira possui uma avançada infraestrutura de vias, energia e telecomunicações, com um intenso fluxo de bens, pessoas e serviços. A fronteira Arauca-Apure contrasta a riqueza petrolífera com elevados índices de pobreza, baixa presença estatal e cultivos de coca. Por fim, a região de Vichada/Guainía-Amazonas, com baixa densidade populacional, ausência dos Estados e ampla fonte de recursos naturais, conta com cultivos de coca e constitui-se num corredor estratégico para as atividades de transporte de armas e drogas pelas FARC (Buelvas y Piñeros, 2008).

Os Departamentos colombianos fronteiriços com a Venezuela constituem um palco de atuação de paramilitares, guerrilheiros e narcotraficantes, envolvidos em atividades como o contrabando de gasolina e outras mercadorias, o tráfico de armas e a produção e comércio de drogas. Esses grupos protagonizam disputas e alianças por territórios, por domínio de zonas de cultivo de coca e de produção de cocaína, pelo controle de rotas dos tráficos de drogas e de armas, combustíveis e outros. As guerrilhas também utilizam esses espaços fronteiriços para coordenarem seus ataques contra o Estado colombiano. A atuação das forças públicas militares, principalmente colombianas, contra esses grupos ilegais armados completa o cenário dessas fronteiras. Seja qual for o tipo de confrontação, as consequências sobre as populações locais são recorrentes, com inúmeras violações de direitos humanos e deslocamentos forçados de populações. Cumpre observar que parte desses deslocamentos forçados de populações colombianas tem como destino o território da Venezuela, que, impossibilitada de dar refúgio a toda enormidade de colombianos deslocados, passa a conviver com problemas

institucionais, políticas públicas sobrecarregadas, militarização da vida social nas fronteiras e xenofobia de determinados grupos sociais em relação aos colombianos.

Nesta década de 2000, as ações militares da "Política de Segurança Democrática" do governo de Álvaro Uribe, nos marcos do Plano Colômbia, obtiveram vitórias expressivas na recuperação de territórios nos Departamentos de Arauca, Guajira e Norte de Santander, obrigando as guerrilhas recuarem às regiões de selva, como Sierra Nevada de Santa Marta (Guajira, Cesar e Magdalena), Catatumbo (Norte de Santander), Piedemonte Llanero (Arauca). O processo de desmobilização oficial dos paramilitares das AUC também contribuiu para a retomada do controle sobre esses territórios. Ocorre que essas vitórias não foram capazes de neutralizar as ações dos grupos ilegais armados, de eliminar o narcotráfico e outros tipos de tráficos ilegais e nem de desarticular as estruturas sociais, econômicas e políticas criadas pelos paramilitares nessas regiões (Laverde y Góngora, 2009).

Diante das ofensivas do Estado colombiano, os grupos ilegais armados modificaram suas estratégias, diminuindo os combates e desenvolvendo ações seletivas nas fronteiras dos Departamentos de Arauca, Guajira e Norte de Santander com a Venezuela. Em Arauca, região de cultivos de coca, a retomada de importantes territórios pelo Estado colombiano levou os guerrilheiros das FARC e do ELN a se confrontarem pelo controle de rotas de tráfico de drogas, de abastecimento e de fuga para o território venezuelano do Estado de Apure e pelo acesso a extorsão das empresas petrolíferas[23]. Cada vez mais a região de Apure vem sendo utilizada pelas guerrilhas como ponto de fuga, retaguarda, abastecimento e cativeiro de sequestrados (Correal y Vásquez, 2008; Coyuntura de Seguridad 21, 2008). Ainda em Arauca, devido à grande presença de forças militares colombianas na área do oleoduto Caño Limón-Covenas, alvo recorrente das ações guerrilheiras, as FARC e o ELN têm diminuído os embates envolvendo

frentes militares contra as forças públicas, passando a praticar ações de sabotagem contra a infraestrutura de energia. No Departamento, embora em baixa presença, também são encontrados membros paramilitares das Águilas Negras, do Ejército Revolucionário Popular Antiterrorista da Colômbia e do Bloque Llaneros. Em Guajira, as áreas fronteiriças com o Estado venezuelano de Zulia constituem retaguardas estratégicas para as FARC e o ELN, que também praticam o recrutamento forçado de populações. Além disso, diversos grupos paramilitares disputam o controle do tráfico de drogas na fronteira, impondo controles sobre populações e territórios. Em Norte de Santander, com a retomada de territórios importantes pelo Estado colombiano, guerrilheiros e paramilitares têm praticado alianças em torno dos cultivos de coca e o tráfico de drogas nas fronteiras com o estado venezuelano de Táchira. Grupos de paramilitares também controlam o contrabando de combustível proveniente da Venezuela (Góngora, 2009; Laverde y Góngora, 2009).

Como vimos, o conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico têm vários desdobramentos no território venezuelano. Nos últimos anos, não só por conta de questões relacionadas ao conflito colombiano e ao narcotráfico, as relações entre os dois países em temas de segurança e defesa foram se deteriorando, gerando um ambiente de desconfianças, suspeitas, tensões e decisões unilaterais, que resultaram num completo abandono dos acordos, mecanismos e perspectivas de coordenação binacional no enfrentamento dos referidos problemas. Com modelos ideológicos e sociopolíticos distintos, os governos de Álvaro Uribe e de Hugo Chávez criaram doutrinas de segurança divergentes, embora parecidas nos aspectos de serem militarizadas, concentradas na figura presidencial e instrumentalizadas para respaldar a popularidade doméstica e a legitimidade internacional desses governos.

Do lado venezuelano, o governo de Hugo Chávez sempre fez duras críticas às relações colombianas com os EUA, divergindo desses

países no que diz respeito à estratégia de combate ao terrorismo internacional, ao tratamento conceitual dado as FARC e o ELN, à percepção do desenvolvimento do paramilitarismo e à política militarizada de combate às drogas (Plano Colômbia). Para o governo venezuelano, a Colômbia não consegue cuidar plenamente de suas fronteiras, não confere punição devida aos paramilitares e os efeitos do Plano Colômbia têm causado grande instabilidade regional e transfronteiriça. Há uma grande percepção na Venezuela, não só do governo Chávez, de que o conflito colombiano traz ao país, além dos custos dos refugiados e indocumentados colombianos, a criminalidade, o narcotráfico e a insegurança (Correal y Vásquez, 2008; Buelvas y Piñero, 2008). Do lado colombiano, o governo de Álvaro Uribe nunca concordou com a posição declarada de neutralidade do governo Chávez em relação ao conflito interno da Colômbia, como também sempre discordou da postura venezuelana de não catalogar as guerrilhas como organizações terroristas e tratá-las como grupos beligerantes e interlocutores. A diplomacia presidencial colombiana fez pesadas críticas aos acordos e compromissos assumidos pelo governo venezuelano com as FARC, sem consentimento e notificação a Bogotá. Nessa perspectiva, o governo Álvaro Uribe atribuiu ao governo Chávez uma afinidade ideológica e política com as guerrilhas colombianas, acusando Caracas de apoiar as FARC com armas, dinheiro e refúgio territorial. Além disso, o governo colombiano promoveu críticas a Venezuela por não cooperar com os EUA e Colômbia no combate ao narcotráfico, fato que teria convertido a Venezuela num amplo e seguro corredor para embarque de drogas, provenientes da Colômbia, para África, Europa, EUA e América do Sul (estima-se que 50% da produção de cocaína colombiana passe pela Venezuela) (Correal y Vásquez, 2008; Buelvas y Piñero, 2008).

Nos últimos anos, os incidentes na fronteira e as crises diplomáticas entre os dois governos ocorreram com grande frequência. No que se refere às crises diplomáticas, de forma mais

emblemática, vale citar alguns episódios que, para as "diplomacias dos microfones", quase se desdobraram em guerra[24]. Um ocorreu em março de 2008, quando a Força Aérea colombiana bombardeou um acampamento das FARC em território equatoriano e exibiu dados supostamente retirados dos computadores do executado Raúl Reyes, o "número 2" da guerrilha, evidenciando supostos vínculos entre a Venezuela e o grupo armado. Na ocasião, Chávez condenou o ataque, apoiou incondicionalmente o Equador, enviou tropas do exército para a fronteira com Colômbia e retirou todos os funcionários venezuelanos da embaixada em Bogotá.

Outro episódio ocorreu em julho de 2009, após o governo colombiano denunciar um suposto desvio de armas venezuelanas, compradas da Suécia em 1998, para as FARC. Note-se que o governo sueco confirmou que havia feito a venda de lança-foguetes ao país. Hugo Chávez negou a denúncia, ordenou a saída do embaixador venezuelano da Colômbia e congelou as relações diplomáticas e comerciais com o governo colombiano. Para o governo venezuelano, a Colômbia fez essa acusação com o intuito de justificar o seu acordo militar com os EUA para a utilização de sete bases militares no país. Hugo Chávez acusou Álvaro Uribe de ameaçar seus vizinhos ao negociar um plano que aumenta a presença militar dos EUA na Colômbia. Em várias ocasiões, Chávez tem dito que o acordo da Colômbia com os EUA pode ser a preparação para a invasão da Venezuela por tropas norte-americanas, e que seu país deve se preparar para a guerra. Apesar da volta do embaixador venezuelano a Bogotá após esse episódio, as relações diplomáticas entre os dois países ficaram "congeladas", com o governo venezuelano reiterando que não negociaria e nem manteria relações bilaterais enquanto a Colômbia não recuasse nos acordos com os EUA. E o governo de Álvaro Uribe, por sua vez, insistindo que a retomada dos diálogos dependeria das explicações de Chávez sobre as supostas relações com as FARC. Seja como for, o fato é que, diante da aliança Colômbia-EUA,

Venezuela e Equador incrementaram seus gastos militares nos últimos anos. Por conta disso, talvez se possa dizer que esses países tenham desenvolvido uma versão do velho "dilema da segurança", elaborado por John Herz. Ou seja, as preocupações de segurança levam um Estado a reforçar seus armamentos e alianças, que são percebidas pelos vizinhos como ameaças à sua segurança, e para não ficarem vulneráveis também incrementam seus gastos militares e alianças.

O episódio mais recente envolvendo os dois países ocorreu em julho de 2010, quando o governo de Álvaro Uribe, em fim de mandato, apresentou denúncias a OEA, exibindo fotos, vídeos e testemunhos, de que as FARC e o ELN mantêm algo em torno de 20 a 39 acampamentos com aproximadamente 1500 guerrilheiros dentro do território venezuelano. A resposta do governo venezuelano foi a ruptura das relações diplomáticas com a Colômbia. Embora a diplomacia venezuelana tenha reconhecido a presença de guerrilheiros colombianos no país, negou que o governo apoiasse esses grupos e reafirmou que as Forças Armadas combatem e entregam membros guerrilheiros para a Colômbia.

Em conjunto, o que ficou evidente nessas crises entre Colômbia e Venezuela, durante os governos de Álvaro Uribe e de Hugo Chávez, foi que os projetos políticos e ideológicos internos e as alianças externas desses governos criaram posições de difícil conciliação. Até mesmo as instituições internacionais (OEA, UNASUL, Grupo do Rio) e governos da região, que poderiam encaminhar os conflitos, foram vistos e acionados por esses governos a partir de uma perspectiva ideológica. Concentrando as ações de política exterior nas figuras dos presidentes, que trocaram os canais diplomáticos por pronunciamentos midiáticos de grande impacto, os dois governos sacrificaram, nos últimos anos, não só saídas conjuntas para as questões relacionadas à segurança, como também as históricas relações de interdependência econômica, cultural e social. Por exemplo, a decisão venezuelana de substituir as importações colombianas por produtos de outros países impactou

negativamente o desempenho econômico das duas nações, além de trazer prejuízos de todos os tipos para os habitantes das fronteiras[25]. Em larga medida, a economia colombiana precisa do mercado consumidor venezuelano, assim como a Venezuela precisa da Colômbia para viabilizar seus projetos energéticos, como o gasoduto e o oleoduto que levam hidrocarbonetos para o oceano Pacífico. Com a eleição de Juan Manuel Santos, em 2010, a despeito das divergências ideológicas, Colômbia e Venezuela deram início a um processo de reatamento das relações diplomáticas, que se deve sobretudo a necessidade de retomar o dinamismo econômico bilateral.

3.3 - O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Peru

O território fronteiriço entre Colômbia e Peru tem uma extensão de 1.626 Km, envolvendo os Departamentos colombianos de Putumayo e Amazonas e o Departamento peruano de Loreto. Em 1532 km dessa fronteira, a demarcação é feita pelas águas do rio Putumayo no sentido do rio Amazonas até chegar ao Trapézio Amazônico. Boa parte dessa fronteira é composta por densa selva e pequeno contingente populacional. Com vias de comunicação quase que exclusivamente fluviais nessa imensa fronteira, os dois países têm grandes dificuldades para estabelecerem eficazes controles aduaneiros, policiais e migratórios. Nesse sentido, os dispositivos de segurança e defesa são precários, o que, nesse aspecto, tem facilitado as atividades de narcotraficantes, grupos armados ilegais colombianos (guerrilhas e paramilitares), contrabandistas de ouro e outros grupos ilícitos (Garrido, 2007). Embora deva ser notado que, por outro lado, as condições naturais da fronteira também têm colocado enormes dificuldades para as operações dos grupos ilegais armados.

A fronteira Putumayo-Loreto é a mais utilizada por atores do conflito colombiano e do narcotráfico. A presença de plantios de coca

nas zonas colombianas de Alto Napo e Alto Putumayo incrementa o número de laboratórios e pistas clandestinas. Nessa região, as FARC extraem recursos econômicos com a vigilância de pistas clandestinas de aterrissagem e com a cobrança de impostos sobre o trânsito de mercadorias. O lado peruano dessa fronteira tem funcionado como área de abastecimento logístico para guerrilheiros e grupos de narcotraficantes, principalmente de armas traficadas do Brasil e de insumos químico para a indústria cocaína (Urigüen, 2006).

Ainda que os dispositivos de segurança tenham continuado insuficientes para o controle pleno da fronteira, a relação bilateral de cooperação em segurança e defesa tornou-se ótima após a queda do governo peruano de Alberto Fujimori (1990-2000). Durante esse governo, o Peru disputava com a Colômbia a condição de melhor aliado dos EUA na região, fato que trazia graves problemas entre os dois países. Além disso, Vladimiro Montesinos, assessor de segurança de Fujimori e chefe de inteligência, foi envolvido na venda de armas às FARC. Com os presidentes Valentín Paniagua (2000-2001), Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan García (2006-...), o Peru desenvolveu importantes acordos de segurança e defesa com a Colômbia, com destaque para a criação do Mecanismo de Segurança e Cooperação Judicial (2002), envolvendo a cooperação bilateral contra o terrorismo, drogas, corrupção e tráfico de armamentos, e para a Comissão Binacional Fronteiriça (2007) (Relatório sobre a América Latina 3, 2003; Coyuntura de Seguridad 21, 2008).

Na sub-região andina, o Peru, do presidente Alan García, é o maior aliado das estratégias de segurança da Colômbia e dos EUA. Mais recentemente, o país apoiou a posição colombiana em relação à concessão de bases militares aos EUA, além de ter negociado em conjunto com os colombianos um Tratado de Livre Comércio com os EUA. No entanto, em que pesem as afinidades e aproximações, o Peru já se depara com alguns efeitos do Plano Colômbia, até então apenas temidos e menos evidentes. Em outros termos, se comparado aos

demais países andinos, os efeitos do Plano Colômbia no Peru, até pouco tempo atrás, não eram tão expressivos. Porém, com o enrijecimento do Plano Colômbia, o conhecido "efeito balão" mais uma vez fica evidente na região andina, com o aumento significativo dos cultivos de coca e da produção de cocaína no Peru. Além disso, tem crescido o antigo temor de autoridades peruanas de que os negócios do narcotráfico possam criar vínculos entre as FARC e os grupos ilegais armados remanescentes do Sendero Luminoso.

3.4 - O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Brasil

A Colômbia possui uma fronteira de 1645 Km com o Brasil, envolvendo os Departamentos de Amazonas, Vaupés e Guainía e o Estado do Amazonas. A área é selvática, com pouca densidade populacional e permeada por rios importantes nos dois lados da fronteira, como os rios Negro e o Solimões, na parte brasileira. As cidades mais importantes da região são Letícia, capital do Departamento colombiano de Amazonas, e Tabatinga, no Brasil. Com grande riqueza ambiental e cultural, a fronteira Colômbia-Brasil compreende partes distintas. A fronteira do Departamento colombiano de Guainía com o Estado brasileiro do Amazonas envolve, na região da Piedra del Cocuy, vizinhança com a Venezuela. Habitada por grupos indígenas, essa região vivencia, no lado colombiano, a presença de grupos armados ilegais, cultivos de coca e exploração aurífera, com graves implicações para os nativos e o meio ambiente. A zona oriental dos Departamentos colombianos de Vaupés e Amazonas e a parte ocidental do Estado brasileiro do Amazonas também são habitadas por grupos indígenas. No lado colombiano, num ambiente de baixa presença estatal, os grupos indígenas acabam se envolvendo em conflitos com colonos, mineradores brasileiros e colombianos e grupos armados ilegais. A região fronteiriça mais povoada e integrada

é a do Trapézio Amazônico que, além das áreas brasileiras (Cidade de Tabatinga) e colombianas (Cidade de Letícia), compreende território peruano (Departamento de Loreto). Com identidades culturais diferenciadas, o Trapézio Amazônico possui uma população dividida entre brancos, mestiços e indígenas. Essa região é uma rota importante utilizada por narcotraficantes dos três países (Ramírez, 2006).

De um modo geral, num quadro de baixo dinamismo binacional, a infraestrutura física e produtiva do lado da fronteira brasileira é mais avançada que a colombiana, assim como os dispositivos de segurança e defesa. Do lado colombiano da fronteira, a presença estatal é pequena, sendo que quase todos os mecanismos de segurança e defesa estão em Letícia, deixando as demais áreas bastante vulneráveis. Na parte brasileira da fronteira, estão destacamentos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar, com destaque para o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM (Coyuntura de Seguridad 21, 2008).

Nessa longa fronteira porosa, as atividades ilegais estão relacionadas ao narcotráfico, ao garimpo irregular de ouro e ao tráfico de armas. No que se refere ao conflito colombiano, as FARC possuem algumas frentes de suprimentos materiais em áreas de escassa presença estatal nos Departamentos colombianos de Vaupés e Guainía. Importante ressaltar que as operações do Plano Colômbia nos Departamentos de Putumayo, Caquetá e Guaviare e a presença militar do lado brasileiro diminuíram significativamente a possibilidade de expansão das guerrilhas para essa região (Coyuntura de Seguridad 21, 2008). A principal preocupação do Brasil está relacionada às questões referentes ao tráfico de drogas e armas nessa fronteira. Nessa questão, as relações entre as FARC e os traficantes de drogas e armas brasileiros representam um aspecto central do problema. Note-se que, desde o final da década de 1990, as fronteiras Brasil-Colômbia vêm sendo utilizadas pelas FARC e por narcotraficantes para enviarem drogas para a Europa e a África, via Brasil e Suriname. Para o combate dessas

atividades ilegais, o Brasil mantém várias ações de caráter militar, policial, ambiental e social na fronteira amazônica. Além disso, os Ministérios da Defesa de Brasil e Colômbia possuem convênios de cooperação entre as forças armadas, compreendendo investigação, treinamento, intercâmbio de informações, apoio logístico e inteligência militar (Urigüen, 2005; Castro, 2009)[26]. Em novembro de 2010, após uma série de exercícios militares conjuntos denominados de "Operação Bracolper", Brasil, Colômbia e Peru assinaram um acordo de luta contra todos os delitos na fronteira amazônica comum. No entanto, convém lembrar que, a despeito das iniciativas, operações e projetos de cooperação, o governo brasileiro não tem conseguido combater de forma efetiva o tráfico de drogas e de armas.

No que se refere ao conflito colombiano, em particular, a diplomacia brasileira considera o problema como um assunto interno dos colombianos, e que deve ser resolvido pela negociação e sem a interferência de outros Estados, a não ser que a Colômbia faça uma solicitação de mediação. O Brasil também tem se pronunciado, em várias ocasiões, que não tem intenções de declarar as guerrilhas colombianas como terroristas, pois esse termo dificultaria qualquer eventual negociação de paz futura com esses grupos. A estratégia de internacionalização do conflito colombiano, desenvolvida pela Colômbia e os EUA, é vista com muita preocupação pela diplomacia brasileira, que teme a militarização das regiões andina e amazônica pelos EUA (Villa & Ostos, 2005).

3.5 - O conflito colombiano e a fronteira Colômbia-Panamá

No caso do Panamá, a fronteira da Colômbia com esse país percorre uma extensão de 225 km entre os oceanos Atlântico e Pacífico, passando pelo Departamento colombiano de Chocó e os Departamentos panamenhos de Darién, Emberá-Wounaan e Kuna

Yala. Essa fronteira selvática e marítima sempre foi estratégica em termos logísticos para os grupos armados ilegais colombianos.

Historicamente, o Panamá tem convivido com incursões desses grupos em seu território. Em geral, as invasões guerrilheiras estiveram relacionadas à busca de descanso e abastecimento de tropas, gerando conflitos com a polícia e crimes contra as populações locais. No caso dos paramilitares, a utilização desse território serviu para perseguir e matar guerrilheiros, além de traficar cocaína e heroína aos EUA. Essas ações também produziram massacres de civis panamenhos, principalmente nas zonas bananeiras (Montenegro, 2007). Mais recentemente, com as águas do Caribe e do Pacífico monitoradas por patrulhas dos EUA, grupos ilegais armados colombianos (FARC e paramilitares) utilizam a densa e pantanosa selva fronteiriça como rota de tráfico de drogas para a América do Norte. Além disso, o combate aos cultivos ilícitos de coca no Departamento colombiano de Chocó tem deslocado plantações para o Departamento panamenho de Darién. Outro reflexo do conflito colombiano em solo panamenho é a presença significativa de indocumentados colombianos, trazendo problemas para a economia e a soberania desse pequeno país. Não é à toa que o governo panamenho tem uma política hostil e repressiva em relação aos colombianos indocumentados, procurando sempre repatriá-los (Rojas, 2007).

Em geral, os governos panamenhos sempre consideraram o conflito colombiano como algo interno do país e que o Panamá não deveria interferir. Em 2010, os dois países deram início a uma discussão sobre os termos de um futuro protocolo de segurança e cooperação para a luta contra o narcotráfico e outros crimes conexos. Vale observar que o Panamá não possui exército, contando apenas com uma pequena guarda nacional. Desde 2007 funciona no país uma polícia de fronteira para combater a imigração ilegal e o narcotráfico.

EPÍLOGO

EPÍLOGO

Em 12 de agosto de 2010, logo após a posse do novo presidente colombiano, Juan Manuel Santos, explodiu um carro-bomba em frente à sede da rádio Caracol, no centro de Bogotá. Embora dois meses depois o governo tenha atribuído o atentado as FARC, que negaram o ato, o fato é que nesse espaço de tempo o país especulou a possibilidade de pelo menos quatro grupos terem cometido o crime. As guerrilhas, principalmente as FARC; o narcotráfico; os novos paramilitares ou bandas criminais; ou grupos conservadores e reacionários contrários a qualquer possibilidade de negociação do governo com as guerrilhas. Para além do fato em si, seja quem for que tenha cometido, fica evidente que o país ainda terá que equacionar várias questões que mantém atores dispostos à violência para a realização de seus objetivos. Entre essas questões, com maior relevância e urgência, está a questão agrária, que acaba se articulando com outros problemas.

Em relação à estrutura da propriedade da terra, a história do país é marcada pela violência de latifundiários da agricultura, pecuária, mineração e narcotráfico, atuando com grupos armados e exercendo forte influência na política local e regional, num ambiente em que o Estado não consegue exercer o pleno monopólio legítimo da força, garantir os direitos de propriedade e proteger a população camponesa. Não é demais lembrar que, atualmente, grande parte dos latifúndios colombianos está nas mãos de narcotraficantes. As FARC, ainda que critiquem o latifúndio e sejam adversárias dessas elites regionais, também controlam e disputam territórios de forma violenta. Nessa configuração, as vítimas são os camponeses, que são intimidados, assassinados e deslocados forçadamente.

Durante o governo Uribe, muitos latifundiários conseguiram legalizar o controle de terras que foram adquiridas ilegalmente. Dessa forma, enquanto o Estado central não conseguir fazer valer em todo o

território uma legislação capaz de garantir os direitos de propriedade, retomar os territórios obtidos ilegalmente, reinstitucionalizar áreas deixadas por desmobilizados e restituir as propriedades dos milhões de vítimas civis deslocadas, a guerra por território deve continuar. Porém, a realização dessas exigências implica desmontar uma cultura política que, em ampla medida, decorre dessa estrutura da propriedade da terra, marcada por clientelismo, "parapolítica", corrupção, autoritarismo e desprezo pelas leis nas diversas regiões do país. Ainda que, desde o início do conflito, o país tenha passado por um processo de modernização e urbanização que fortaleceu as instituições estatais, dinamizou setores econômicos e ampliou os mecanismos institucionais democráticos, permanece a cultura política antidemocrática nas regiões, em meio a um tremendo quadro de pobreza e desigualdade social que também não se modificou.

Em conjunto, a persistência do quadro acima mantém a violência; fragiliza o Estado; favorece a indústria do narcotráfico; deixa mais distante a perspectiva de saída política para o conflito com as guerrilhas; e continua vitimizando a sociedade civil. Não por acaso que, apesar dos avanços da Política de Segurança Democrática na desmobilização das AUC, na recuperação de territórios e no enfraquecimento das guerrilhas, a violência persiste e se transforma, evidenciada na nova geração de grupos paramilitares ligados aos negócios ilícitos, nos poderes do narcotráfico, na readequação das estratégias de combate das guerrilhas, no aumento dos índices de criminalidade urbana etc. Por fim, também cabe mencionar que, ainda que o país tenha uma dependência econômica e militar dos EUA, tratar os referidos problemas sob a influência das políticas de segurança norte-americana, que tendem a unificar fenômenos como o narcotráfico, as guerrilhas, os paramilitares e o terrorismo, pode deixar o país mais distante de uma paz sustentável e da resolução de seus problemas estruturais.

NOTAS

1. Enquanto a guerra convencional envolve o embate entre Estados Nacionais, a guerra irregular compreende o combate entre Estados e atores não estatais armados.
2. Entre as principais vitórias militares das FARC no período destacam-se: o ataque à base antinarcóticos de Las Delicias, Putumayo, agosto de 1996; a tomada da base de Cerro de Patascoy, dezembro de 1997; a derrubada de um batalhão antiguerrilheiro em El Billar, Caquetá, março de 1998; a tomada da base antinarcóticos de Miraflores, agosto de 1998 (Granada, Restrepo e Vargas, 2009).
3. O fenômeno da parapolítica está relacionado ao envolvimento de políticos e outros servidores públicos, nas esferas local, regional e nacional, com grupos paramilitares e narcotraficantes.
4. No plano externo, o governo de Turbay Ayala esteve em amplo alinhamento com os EUA, adotando medidas como: a assinatura de tratado de extradição com os EUA; o rechaço à declaração franco-mexicana, que recomendava uma negociação entre guerrilha e o governo de El Salvador; a participação do país na qualidade de observador nas eleições salvadorenhas de 1982 (com o qual se dava legitimação ao regime ditatorial); o envio de tropas colombianas para a Península do Sinaí para ajudar na garantia do cumprimento dos acordos de Camp David sobre a paz no Oriente Médio; a permissão para a instalação de radares norte-americanos em San Andrés, com o objetivo de monitorar o governo sandinista na Nicarágua; e a decisão solitária na América Latina (somente acompanhada pela ditadura Pinochet) de não apoiar a causa Argentina na Guerra das Malvinas (Arana, 2004).
5. Na política externa, a administração Belisario Betancur manteve um distanciamento em relação aos EUA, evidenciado na presença ativa da diplomacia colombiana no Grupo de Contadora (1983) e no Consenso de Cartagena (1984),

buscando saídas multilaterais para problemas latino-americanos, e na formalização da entrada da Colômbia no Movimento dos Países Não-Alinhados.

6. A eliminação dos cartéis de Cali e Medellín não significou o fim do narcotráfico no país, mas, ao contrário, o negócio foi pulverizado entre vários agentes, entre eles, principalmente os paramilitares, e também os guerrilheiros.
7. A estratégia da guerra de baixa intensidade envolve o oferecimento de assistência política, econômica, informacional, policial e militar para que governos aliados dos EUA possam combater atividades que são consideradas pelos norte-americanos como ameaças à sua segurança e aos seus interesses.
8. Cabe destacar que o governo Pastrana deu prioridade às negociações com as FARC, por seu tamanho e importância dentro do conflito. Em relação ao ELN, o governo não cumpriu a promessa de ceder ao grupo guerrilheiro uma região desmilitarizada de 2.000 Km2 no norte do país. A promessa do governo não foi cumprida devido à oposição das AUC e de moradores da área. Após o governo anunciar um acordo com o ELN, as AUC começaram um duro ataque contra essa guerrilha no Departamento de Cauca, levando à interrupção das negociações entre os guerrilheiros e o governo.
9. Sobre essa questão, ver publicação do Departamento de Estado dos EUA, "Description of the support of the United States to the Plan Colômbia". Disponível em: www.usinfo.state.gov.
10. Oficialmente, em dezembro de 2002, o governo de Andrés Pastrana rompeu os diálogos com as FARC e declarou a zona de distensão de 42 mil km2 na região da selva colombiana - entregue às FARC no processo de negociação do acordo de paz iniciada em 1998 - como objetivo militar do Estado colombiano.

11. Ver investigação completa em "Proyeto sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina. Disponível em <www.publicintegrity.org>.
12. Sobre essa questão, ver publicação do Departamento de Estado dos EUA, "The Destruction of Oil Pipelines". Disponível em <www.usinfo.state.gov>.
13. A concentração da agenda externa colombiana na relação com os EUA levou o governo de Álvaro Uribe apoiar a invasão militar norte-americana no Iraque em 2003.
14. Com o Plano Colômbia e a Política de Segurança Democrática, as forças militares estatais colombianas passaram de 145.000 combatentes no final da década de 1990 para 431.253 em janeiro de 2009 (Granada, Restrepo e Vargas, 2009).
15. Ver, por exemplo, "Letter to Colombian President Álvaro Uribe Vélez", Human Rights Watch, Washington D.C. 4/8/2006. Disponível em: <www.hrw.org> .
16. Com os êxitos iniciais do Plano Patriota, o governo Uribe anunciou, em 2006, o Plano Vitória, que tinha a perspectiva de capturar os líderes das FARC e impor uma derrota final ao grupo. Um ano depois, já no seu segundo mandato e dentro da Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y Del Desarrollo Social (EFDDS) 2007-2013, o presidente substituiu o Plano Vitória pelo Plano Consolidação. Foi estabelecido que a estratégia do Plano Consolidação deveria envolver a união de esforços militares e policiais anti-insurgentes e antidrogas com a promoção da justiça, da assistência social e do desenvolvimento econômico nas áreas retomadas pelo Estado (Ministerio de Defensa, 2007).
17. Em novembro de 2006, investigações da Corte Suprema levaram à detenção de oito parlamentares da base aliada do presidente Uribe por supostos nexos com as AUC. No mesmo mês, um senador da base de Uribe afirmou que, junto com 40 parlamentares e governadores, assinou em 2001 um pacto

com as AUC para defender seus interesses (Folha de São Paulo, 3/12/2006). Em 22 de fevereiro de 2007 foi preso o ex-chefe da inteligência colombiana Jorge Noguera Costa, sob acusação de envolvimento com as AUC. Jorge Costa comandou o Departamento Administrativo de Segurança durante o primeiro mandato de Uribe, de 2002 a 2006. O "Paragate", como ficou conhecido fora da Colômbia o escândalo sobre o envolvimento de parlamentares da base governista com grupos paramilitares, também revelou o envolvimento de outra pessoa próxima a Uribe, a chanceler María Consuelo Araújo, que acabou renunciando ao cargo. No final, o "Paragate" derrubou 1/3 do Congresso.

18. Mesmo após a ruptura de relações diplomáticas, em 2008, o dinamismo comercial entre os dois países não sofreu variações significativas.
19. Em 1991, com o Acordo de Esmeraldas, nos marcos da Comunidade andina de Nações (CAN), os governos de Colômbia e Equador formularam um plano de desenvolvimento conjunto para a região, com a constituição de uma Zona de Integração Fronteiriça (ZIF).
20. O Equador é o país da América Latina que tem o maior fluxo de refugiados e solicitantes de refúgio, sendo que 98% dessas pessoas são colombianas. Segundo a Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no Equador vivem 600.000 colombianos, a maioria em situação irregular. Cerca de 55.000 são refugiados, enquanto aproximadamente 80.000 solicitaram esse status ou proteção internacional.
21. "Ecuador reitera su posición pacífica y soberana". Boletín de prensa, n. 716. Ministerio de Relaciones Exteriores de Ecuador.
22. Na década de 1980, a intensa relação comercial e o grande fluxo migratório levaram o Departamento colombiano de Norte de Santander e o Estado venezuelano de Táchira a

estabelecerem um experimento político com a criação de uma Assembleia binacional.

23. Em 15 de novembro de 2010, através de um comunicado conjunto, a Frente de Guerra Oriental do ELN e o Bloque Oriental das FARC resolveram acatar o acordo de paz feito pelos seus superiores, o Secretariado das FARC e o Comando Central do ELN, em dezembro de 2009. Reconhecendo que, desde 2006, travavam uma violenta guerra territorial em Arauca, fronteira com a Vanezuela, esses grupos declararam o fim das hostilidades entre o que eles chamaram de organizações irmãs.
24. Cumpre esclarecer que, além das crises diplomáticas que serão notadas a seguir, os dois países já vinham apresentando ações políticas conflituosas, tais como: a decisão colombiana de conceder asilo político a Pedro Carmona, após o desfecho do seu golpe de Estado contra o governo de Hugo Chávez (2002); a captura do guerrilheiro Rodrigo Granda na Venezuela, por um comando colombiano (2005); o encerramento, por parte de Álvaro Uribe, da mediação do presidente Chávez na busca de um acordo humanitário na Colômbia (2007).
25. Em 2008, a Venezuela gastou US$ 6 bilhões em compras de produtos colombianos. Em 2009, com a crise bilateral, os gastos ficaram em US$ 4 bilhões, representando uma queda de 33%. Entre janeiro e março de 2010, a queda já era de 72,8% em relação ao mesmo período de 2009.
26. Entre as principais operações realizadas pelo governo brasileiro destacam-se: "Operação Tabatinga" destinada ao combate de traficantes de droga; "Operação Intimidação" para evitar incursões da guerrilha colombiana em território brasileiro; "Operação Cobra" para a proteção da fronteira; "Operação Timbó" para o controle da fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÓN, C. T.; FIGUEROA, H. "Sociología del Estado colombiano: itinerário y coyuntura". Revista Espacio Crítico, nº 9, 2008.

ARANA, R. G. "La política exterior de Colombia a finales del siglo XX". Investigación y Desarrollo, vol. 12, nº 2, 2004.

ÁVILA, A.; CELIS, L. E. "ELN: el camino hacia la resistencia pasiva". Revista Arcanos, nº 14, 2008.

ÁVILA, A.; GANTIVA, M. P. N. "Expansión territorial y alianzas tácticas". Revista Arcanos, nº 14, 2008.

ÁVILA, A. "La guerra contra las FARC y la guerra de las FARC". Revista Arcanos, nº 15, 2010.

ÁVILA, A. "De la guerra de 'Jojoy' a la guerra de 'Cano'". En: Balance de las FARC después de "Jojoy" y los nuevos carteles del narcotráfico. Corporación Nuevo Arco Iris, 2010.

BAGLEY, B. M. "Los mitos de la militarización: las fuerzas armadas en la guerra contra las drogas". In: SMITH, P. H. (Ed.). El combate a las drogas en América. México: Fondo Cultura Económica, 1993.

BROWN, V. F. Shooting Up: The Impact of the Production and Trafficking of Illicit Substances on Militarized Conflicts. Security Studies Program. Massachusetts Institute of Technology, 2004.

BUELVAS, E. P. y PIÑEROS, D. V. "¿Irreversibilidad de la degradación de las relaciones político-diplomáticas?" En: BUELVAS, E. P.; WIELAND, C.; RESTREPO, J. C. V. (Editores). Vecindario agitado. Colombia y Venezuela: entre la hermandad y la conflictividad. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

BUITRAGO, F. L. "Siete Tesis sobre el relevo de las elites políticas. Colombia internacional, nº 66, 2007.

CAICEDO, J. P. "Amenazas y oportunidades de la estrategia actual de negociación frente al paramilitarismo en el marco de la relación de

Colombia con Estados Unidos". Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, vol. 1, nº 1, 2006.

CASTILLA, C. E. "El fin de la invulnerabilidad de las FARC". Revista Nueva Sociedad, nº 217, 2008.

CASTRO, A. D. A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN POPULAR (CINEP). "Falsos positivos, amenazas colectivas e intolerancia social: balance del segundo semestre de 2009". Informe Especial, abril de 2010.

CHACÓN, M.; SÁNCHEZ, F. "Conflicto, Estado y descentralización: del progreso social a la disputa armada por el control local, 1974-2002". In: Nuestra guerra sin nombre. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

CHERNICK, M. W. "Aprender del passado: breve historia de los processos de paz en Colombia (1982-1996)". Colombia Internacional, nº 36, 1996.

CHINCHILLA, F. A. "Extremismo, moderación y gobernanza democrática en el posconflicto: las FARC-EP y el FMLN desde una perspectiva comparada". América Latina Hoy, nº 53, 2009.

CODHES – CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO. ¿Salto estratégico o salto al vacío? Boletín Informativo, nº 76, 2010.

COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. "Brindar Seguridad Democrática". Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006. Bogotá, 2003. Disponível em: <www.dnp.gov.co>. Acesso em: 27/06/2005.

COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. Dirección de Justicia y Seguridad (DJS). Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y el Desarrollo Social (2007-2013). 2007. Disponível em: <www.dnp.gov.co> . Acesso em: 25/05/2009.

COLOMBIA. Ministerio de Defensa. Informe Anual – Julio 2006 – Julio

2007. Disponível em: <www.mindefensa.gov.co>. Acesso em: 20/06/2010.

CÓRDOBA, C.E.F. "¿Es posible una nueva política de narcotráfico en Ecuador?" En: Relaciones del Ecuador con sus países vecinos (Colombia-Perú). Quito: CAF ILDIS-FES, 2006.

CORREAL, O. L. I.; VÁSQUEZ, J. C. R. "Colombia-Venezuela: dos maneras de comprender la seguridad". En: BUELVAS, E. P.; WIELAND, C.; RESTREPO, J. C. V. (Editores). Vecindario agitado. Colombia y Venezuela: entre la hermandad y la conflictividad. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

COYUNTURA DE SEGURIDAD 20. "Los grupos armados emergentes en Colombia". Fundación Seguridad y Democracia, Bogotá, 2008.

COYUNTURA DE SEGURIDAD 21. "Colombia: la seguridad y la defensa en las fronteras". Fundación Seguridad y Democracia. Bogotá, 2008.

COYUNTURA DE SEGURIDAD 23. "El debilitamiento de los grupos irregulares en Colombia 2002-2008. Fundación Seguridad y Democracia, Bogotá, 2008.

DELGADO, J. F. I.; ROMERO, D. C. "Consideraciones cuantitativas sobre la evolución reciente del conflicto". Análisis político, nº 65, 2009.

ESPINOSA, R. "El enclave cocalero colombo-ecuatoriano". En: JARAMILLO, G. (compiladora). Construyendo puentes entre Ecuador y Colombia. Quito/FLACSO, 2009.

FARAH, D.; SIMPSON, G. Drogas, matones y la revolución ciudadana. New York: International Assessment and Strategy Center, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. "EUA "privatizam" sua ação contra o tráfico colombiano". Caderno Mundo, p.A-14, 24/02/2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Cooperação antiterror agora será explícita". Caderno Mundo, p. A-12, 10/07/2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. "EUA: Bush trata Uribe como vip e defende Plano Colômbia". Caderno Mundo, p. A-15, 05/08/2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. Paras põem Uribe na berlinda. São Paulo, Caderno Mundo, p. A-39, 3/12/2006.

GARBIRAS, A. R. Conflicto interno, fronteras y crisis diplomáticas. Santiago de Cali: Universidad libre, 2008.

GARRIDO, R. S. "El Narcotráfico en el Perú: las políticas de Estado y uno de sus actores". Centro de Investigación Drogas y Derechos Humanos. Lima, 2007.

GÓNGORA, E. T. "Reporte de seguimiento al conflicto armado, desplazamiento forzado interno, desplazamiento transfronterizo, política de atención al desplazamiento y refugio en la zona de frontera colombo-venezolana durante al primer semestre de 2009". CODHES – Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento. Bogotá, 2009.

GRANADA, S.; RESTREPO, J. A.; VARGAS, A. R. "El agotamiento de la política de seguridad: evolución y transformaciones recientes en el conflicto armado colombiano". En: RESTREPO, J. A; APONTE, D. (Editores) Guerra y violencias en Colombia: herramientas e interpretaciones. Bogota: Editorial Pontifícia Universidad Javeriana, 2009.

GUZMÁN, S. B. "La internacionalización del conflicto armado después del 11 de Septiembre: ¿la ejecución de una estrategia diplomática hábil o la simple ocurrencia de lo inevitable? Colombia Internacional, n° 65, 2007.

HUMAN RIGHTS WATCH. Letter to Colombian President Álvaro Uribe Vélez. New York, 04/08/2006. Disponível em: <www.hrw.org>. Acesso em: 16/08/2006.

HUMAN RIGHTS WATCH. Herederos de los Paramilitares: la nueva cara de la violencia en Colombia. New York, 03/02/2010. Disponível em: <www.hrw.org>. Acesso em: 20/03/2010.

INFORME SOBRE AMÉRICA LATINA 9. "Las fronteras de Colombia: el

eslabón débil de la política de seguridad de Uribe". International Crisis Group. Quito/Bruselas, 2004.

INFORME SOBRE AMÉRICA LATINA 20. "Los Nuevos Grupos Armados de Colombia". International Crisis Group. Bogotá/Bruselas, 2007.

INFORME SOBRE AMÉRICA LATINA 30. "Poner fin al conflicto con las FARC en Colombia: jugar la carta correcta". International Crisis Group. Bogotá/Bruselas, 2009.

KURTENBACH, S. Análisis del conflicto en Colombia. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2005.

LAURET, S. La frontera norte ecuatoriana ante la influencia del conflicto colombiano: las sorprendentes dimensiones de la dinámica transfronteriza entre la provincia de Carchi y el departamento de Nariño. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

LAVERDE, Z.; GÓNGORA, E. T. "Tensión en las fronteras: un análisis sobre el conflicto armado, el desplazamiento forzado y el refugio en las fronteras de Colombia con Ecuador, Venezuela y Panamá". CODHES –Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento. Bogotá, 2009.

LEONGÓMEZ, E. P. "Las FARC-EP: ¿repliegue estratégico, debilitamiento o punto de inflexion? In: Nuestra guerra sin nombre. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

LLORENTE, M. V. "Conflicto armado e iniciativas de paz en Colombia". Cuadernos del conflicto. Fundación Ideas para la Paz/Woodrow Wilson International Centre for Scholars, 2009.

MANN, M. "La crisis del Estado-nación en América Latina". Desarrollo Económico, vol. 44, nº 174, 2004.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE ECUADOR. "Ecuador reitera su posición pacífica y soberana". Boletín de Prensa, nº 716.

MONTENEGRO, J. L. C. "Geografía política: tensión en las fronteras de Colombia como efecto de su conflicto interno". Revista de relaciones

internacionales, estrategia y seguridad, vol. 2, n° 2, 2007.

OROZCO, M. R. Plan Colombia: ¿Estados Unidos ante un nuevo enemigo en América Latina? Latinoamérica, n° 38, 2004.

OTTO J. R. "Declares support of the government to the Plan Colombia". The Washington Times, Washington, p.23, 19/06/2002.

PARDO, R. "Colombia y EE.UU. Intoxicados por las drogas". In: RAMÍREZ, S.;

PÉCAUT, D. Orden y violencia: evolución sócio-política de Colombia entre 1930 y 1953. Bogotá: Siglo XXI Editores y Fondo Editorial Cerec, 1987.

PÉCAUT, D. Las FARC: ¿una guerrilla sin fin o sin fines? Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2008.

PECENY, M.; DURNAN, M. "The FARC's best friend: U.S. antidrug policies and the deepening of Colombia's civil war in the 1990s". Latin American Politics and Society, vol. 48, n° 2, 2006.

PEÑA, M. A. "ELN: entre las armas y la política". In: Nuestra guerra sin nombre. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

PEÑUELA, E. Origen del conflicto armado en Colombia. Center for Hemispheric Defense Studies, 2001.

PERRET, A. Las compañías militares y de seguridad privada en Colombia: ¿Una nueva forma de mercenarismo? Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2009.

PERRET, A.; VARGAS, A. "Sobre los dados de The United States Department of State, Report to Congress on Certain Counternarcotics Activities in Colombia, Washington, 2007. Y Dyncorp-State Department Contract, en http//www.corpwatch.org, 2001". Revista ZERO, Universidad Externado de Colombia, mayo de 2009.

POLICY BRIEFING 16. "Boletín informativo sobre América Latina". International Crisis Group. Bogotá/Bruselas, 11 de octubre de 2007 –.

POLICY PAPER 30. "¿Con el viento en contra? Uribe II y el Congreso Demócrata. De la relación especial al caso ejemplar". Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, febrero de 2008.

POSADA, A. R. El conflicto por el território. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2008.

POSADA, A. R. Guerreros y Campesinos: el despojo de la tierra en Colombia. Bogotá: Editorial Norma y Friedrich Ebert Stiftung, 2009.

PUBLIC INTEGRITY. Proyecto sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina. Washington, 2001. Disponível em: <www.publicintegrity.org>. Acesso em: 12/07/2001.

QUERO, S. E. V. "Estados Unidos y la militarización del combate antinarcóticos en América Latina: tendencias e interrogantes actuales. In: MÁRQUEZ-PADILLA, P. C.; CASTILLO, G. P. F.; ARNAU, R. G. (Coord.). Desde el sur: visiones de Estados Unidos y Canadá desde América Latina a principios del siglo XXI. Ciudad de México: UNAM, 2003.

QUIROGA, A. A. "El conflicto en Colombia y las Implicaciones para la Región". In: ARAVENA, F. R. (Ed.). La Seguridad en América Latina pos 11 de Septiembre. Venezuela: Nueva Sociedad/Flacso-Chile/Woodrow International Wilson Center/Paz y Seguridad en las Américas, 2003.

RAMÍREZ, S. "Colombia-Brasil: distante vecindad se fortalece en la seguridad y el comercio". Análisis Político, n°58, 2006.

RELATÓRIO SOBRE A AMÉRICA LATINA 3. "Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade". International Crisis Group. Bogotá/Bruxelas, 2003.

RESTREPO, A. Colombia: entre la inserción y el aislamiento. Bogotá: Siglo del Hombre/IEPRI, 1997.

RESTREPO, A. (Org.). "El Plan Colombia y la internacionalización del conflito". Bogotá: IEPRI/Planeta, 2001.

RESTREPO, A. "Narcotráfico, ilegalidad y conflicto en Colombia". In:

Nuestra guerra sin nombre. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

RIAÑO, C. F. "Compañías militares y de seguridad privadas. El estado colombiano no cumple con el deber de prevención". Revista Zero, mayo 2009.

RIAZA, W. R. "La política internacional de Estados Unidos y la internacionalización del conflicto colombiano". Estudios Políticos, n° 25, 2004.

RIVAS NIETO, P.; GARCIA, P. R. "Las autodefensas y el paramilitarismo en Colombia (1964-2006)". Confines, vol. 4, nº 7, 2008.

RIVILLAS, B. D. "Política exterior de los EE.UU. hacia Colombia: el paquete de ayuda de 1.300 millones de dólares de apoyo al Plan Colombia y la región andina". América Latina Hoy, vol. 31, 2002.

ROCHLIN, J. Colombia: guerra total. Algunas apreciaciones teóricas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

RODRIGUES, T. Política e drogas nas Américas. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

RODRÍGUEZ, M. A. "De las armas a la desmovilización. El poder paramilitar en Colombia". Revista Internacional de Sociología, vol. 67, nº 1, 2009.

ROJAS, M. C. L. "Efectos de la regionalización de la política de seguridad democrática". Colombia Internacional, nº 65, 2007.

ROJAS, D. M. "Plan Colombia II: ¿más de lo mismo?". Colombia Internacional, nº 65, 2007.

ROJAS, D. M. "El taller del imperio global: análisis de la intervención de Estados Unidos en Colombia (1998-2008)". Análisis Político, nº 65, 2009.

ROMÁN, J. G. El Plan Colombia y sus efectos sobre Ecuador. Quito: Eskeletra editorial, 2005.

ROMERO, M.; ARIAS, A. "Sobre paramilitares, neoparamilitares y afines:

crecen sus acciones, ¿qué dice el gobierno". Revista Arcanos, nº 15, 2010.

ROMERO, M.; ARIAS, A. "A diez años del inicio del Plan Colombia: La geografía del narcotráfico y la amenaza de nuevos carteles". En: Balance de las FARC después de "Jojoy" y los nuevos carteles del narcotráfico. Corporación Nuevo Arco Iris, 2010.

SANTANA, A. El narcotráfico en América Latina. México: Siglo XXI editores, 2004.

SINGER, P. W. Corporate Warriors, the rise of the privatizad military industry. Londres: Cornell University Press, 2003.

TENA, B. B. L. La guerra de la cocaína: drogas, geopolítica y medio ambiente. Madrid: Editorial Debate, 2000.

TENTHOFF, M. "El Urabá: donde el desarrollo alternativo se confunde con intereses económicos y la reinserción del paramilitarismo". Transnational Institute: Informe sobre políticas de drogas, nº 27, 2008.

TICKNER, A. B. "Intervención por invitación". Colombia Internacional, n° 65, 2007.

UNIDAD DE ANÁLISIS. "Las FARC: un año después de 'Jaque'". Fundación Ideas para la paz. Seguiendo el conflicto: hechos y análisis, n° 55, 2009.

URIGÜEN, H. M. "Ecuador-Colombia: entendiendo el problema fronterizo". Documentos electrónicos – Programa Seguridad y Ciudadanía, n° 1, 2005.

URIGÜEN, H. M. "Las implicaciones del conflicto interno colombiano para las fronteras de Ecuador, Perú, Brasil y Venezuela, 2000-2005". Iconos - Revista de Ciencias Sociales, n° 24, 2006.

UNODC - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. World Drug Report. Washington: UNODC, 2010. Disponível em: <www.unodc.org> Acesso em: 29/06/2010.

UNODC - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME.

Colombia -Monitoreo de cultivos de coca 2009. Washington: UNODC, 2010. Disponível em: <www.unodc.org> Acesso em: 29/06/2010.

UNITED STATES OF AMERICA. "Description of the support of the United States to the Plan Colombia". Departament of State. Washington, 2000. Disponível em: <http://usinfo.state.gov>. Acesso em: 20/06/2002.

UNITED STATES OF AMERICA. "The Destruction of Oil Pipelines". Departament of State. Washington, 2001. Disponível em: <http://usinfo.state.gov>. Acesso em: 22/09/2001.

UNITED STATES OF AMERICA. "Plan Colombia - Drug reduction goals were not fully met, but security has improved; U.S. Agencies need more detailed plans for reducing assistance". Government Accountability Office (GAO). Washington, 2008. Disponível em: <www.gao.gov>. Acesso em: 25/05/2009.

VARGAS, A. "La política de los países vecinos respecto a Colombia". En: Relaciones del Ecuador con sus países vecinos (Colombia-Perú). Quito: CAF ILDIS-FES, 2006.

VÁSQUEZ, R. "El narcotráfico en la agenda de seguridad del Ecuador". En: LEIVA, J. P. (Editor) La seguridad del ecuador: del 11 de septiembre al Plan Patriota. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005.

VIDAL, M. R.; ORTIZ, A. A. "Bandas Criminales, Seguridad Democrática y corrupción". Revista Arcanos, nº 14, 2008.

VILLA, R. D.; OSTOS, M. P. "As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, nº 2, 2005.

WOLF. A. N. El Plan Colombia: implicaciones para el proceso de paz. Centro de investigaciones interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

SOBRE O AUTOR

Marcelo Santos é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais (área de concentração em Ciência Política) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realizou estudos de pós-doutorado em Relações Internacionais no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É professor assistente doutor de Ciência Política do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Araraquara. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Autor de estudos e publicações sobre os EUA e a América Latina, com destaque para o livro "O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria", Annablume/Fapesp, 2007.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo Amazônico de Relações Internacionais (NAPRI) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) está à frente do selo coleção "relações internacionais" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 60 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail napribooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Núcleo Amazônico de Relações Internacionais (NAPRI)
Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Campus Paricarana
Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413. Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.
Telefone: + 55 (95) 3621-3453 / napribooks@gmail.com
www.livrosri.ufrr.br